



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ECOLOGIA

MIRIAN DOS SANTOS SILVA

MAPEAMENTO PARTICIPATIVO EM COMUNIDADE
TRADICIONAL DE FUNDO DE PASTO - FAZENDA QUINA,
MUNICÍPIO DE CAMPO FORMOSO - BA

SENHOR DO BONFIM - BAHIA

2022

MIRIAN DOS SANTOS SILVA

**MAPEAMENTO PARTICIPATIVO EM COMUNIDADE
TRADICIONAL DE FUNDO DE PASTO - FAZENDA QUINA,
MUNICÍPIO DE CAMPO FORMOSO-BA**

Trabalho apresentado à Universidade Federal
do Vale do São Francisco – UNIVASF,
Campus Senhor do Bonfim, como requisito
para obtenção do título de Bacharel em
Ecologia.

Orientador: Prof. Dr. Sirius Oliveira Souza

**SENHOR DO BONFIM – BAHIA
2022**

Silva, Mirian dos Santos
S586m Mapeamento participativo em comunidade tradicional de fundo de
pasto - Fazenda Quina, município de Campo Formoso-Ba/ Mirian dos
Santos Silva. – Senhor do Bonfim-BA, 2022.
55 f.: il.; 29 cm

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ecologia) -
Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Senhor do
Bonfim-Ba, Senhor do Bonfim-Ba, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Sirius Oliveira Souza.

1. Fazenda Quina - Mapeamento participativo - Estudo. 2. Fundo
de Pasto - Comunidade – Análise. 3. Energia eólica. I. Título. II.
Souza, Sirius Oliveira (Orient.). III. Universidade Federal do Vale do
São Francisco.

CDD 621.45

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Biblioteca SIBI/UNIVASF

Bibliotecário: Fábio Santiago

CRB5/1785

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ECOLOGIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

Miriam dos Santos Silva

MAPEAMENTO PARTICIPATIVO EM COMUNIDADE
TRADICIONAL DE FUNDO DE PASTO - FAZENDA QUINA,
MUNICÍPIO DE CAMPO FORMOSO-BA

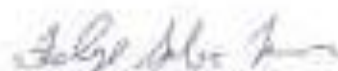
Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para obtenção de título
de Bacharel em Ecologia pela Universidade
Federal do Vale do São Francisco.

APROVADO EM 18 DE ABRIL DE 2022.

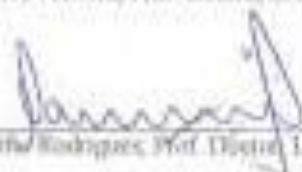
Banca Examinadora:



Sérgio Oliveira Souza, Prof. Doutor, UNIVASF.



Edipe Silva Ferreira, Prof. Doutor, UNIVASF.



Marco Aurélio Rodrigues, Prof. Doutor, UNIVASF.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado o dom da vida e força para chegar até aqui, sem Ele eu não teria conseguido.

Agradeço aos meus pais, dona Marineuza e seu José Salvo que me acolheram em todos os momentos da minha vida, deram-me seis irmãos que foram fundamentais para minha formação, oferecendo-me abraços, boas gargalhadas e ajuda sempre que precisei.

Aos meus muitos amigos agradeço pelo apoio durante esse tempo e peço desculpas pelos encontros que não compareci porque estava estudando/fazendo TCC, mas deixo um agradecimento especial para meus amigos Jaziel, Mirela, Damares, Maraisa, Luany, Marília, Eliene, Ludimila, Madian e Vitória que foram pessoas que sempre estiveram ao meu lado diante as dificuldades pessoais e acadêmicas durante esse período (não foram poucas).

Agradeço ao meu orientador prof. Sirius Oliveira pela dedicação com nosso trabalho e pelo incentivo dado não só durante a realização dele.

Agradeço a todos que de perto ou de longe, ajudaram-me a chegar até aqui.

Gratidão.

" Acredite em você,
na força da sua fé,
nas vezes que você teve
que remar contra a maré.
Cada “não” que alguém lhe disse
deu forças pra que surgisse
um desejo de provar
que quando a gente tropeça
se levanta e recomeça
sem parar de caminhar ”.

Bráulio Bessa

RESUMO

As comunidades de Fundo de Pasto apresentam um modo de vida singular na Região Nordeste do Brasil, são comunidades conhecidas pela criação de animais à solta em terras de uso comum. Com ampla distribuição no Estado da Bahia, essas comunidades enfrentam conflitos em seus territórios que põem em risco a territorialidade desses povos. Deste modo, empreendimentos como os parques eólicos instalados em terras tradicionalmente ocupadas, vêm causando conflitos nas comunidades de Fundo de Pasto que relatam cada vez mais os impactos ambientais desencadeados ao longo da cadeia de produção da energia eólica. Ademais, na tentativa de buscar empoderamento para lutar contra as ameaças que põem em risco o modo de vida desses povos, muitas comunidades tradicionais têm recorrido ao mapeamento participativo para produzir documentos (os mapas) que possam contribuir para a inclusão dos povos tradicionais nas tomadas de decisões dos seus territórios. O mapeamento participativo é uma metodologia importante para a valorização da comunidade, pois através dele, os moradores são convidados a fazer uma representação da visão local, onde nesse croqui da área, os participantes podem indicar, nomear ou delimitar os locais de obtenção de determinados recursos, além de retratar aspectos históricos e as possíveis áreas de conflitos em seus territórios. Nesse contexto, esse trabalho buscou compreender a territorialidade da comunidade Tradicional de Fundo de Pasto-Fazenda Quina e os possíveis conflitos desencadeados com a chegada de um parque eólico no território da comunidade. Nesse sentido, dentre os principais impactos observados através do mapeamento participativo estão: sombreamento, impactos sonoros, alteração da paisagem local, impacto na fauna e flora, e alteração no modo de vida dos moradores adjacentes. Por conseguinte, o protagonismo da comunidade na construção do mapa do seu território, foi fundamental para conhecer o modo de vida tradicional vivenciado pelos moradores e discutir os principais impactos ambientais ocorridos após a implantação do parque eólico no território de Fazenda Quina.

Palavras-chave: Comunidade de Fundo de Pasto. Mapeamento participativo. Energia eólica.

ABSTRACT

The Fundo de Pasto communities are characterized by a unique way of life in the Northeast region of Brazil. They are communities known for raising animals on the loose on land of common use. With wide distribution in the state of Bahia, these communities face conflicts on their lands that put their territoriality at risk. In this way, enterprises such as wind farms installed on traditionally occupied lands have been causing conflicts in the communities of Fundo de Pasto, which increasingly report the environmental impacts triggered along the production chain of wind energy. Furthermore, in an attempt to seek empowerment to fight against the threats that put these peoples' way of life at risk, many traditional communities resort to participatory mapping to produce documents (the maps) that can contribute to the inclusion of traditional populations in the decision making process of their territories. Participatory mapping is an important methodology for the valorization of the community, because, through it, the residents are invited to make a representation of the local vision, where in this sketch of the area, the participants can indicate, name, or delimit the places where certain resources are obtained, besides portraying historical aspects and possible areas of conflicts in their territories. In this context, this work sought to understand the territoriality of the Traditional Community of Fundo de Pasto - Fazenda Quina - and the possible conflicts triggered by the arrival of a wind farm in the community's territory. In this sense, among the main impacts observed through participatory mapping are: shading, noise impacts, change in local landscape, impact on fauna and flora, and change in the way of life of residents adjacent to the enterprise. Therefore, the protagonism of the community in the construction of the map of its territory was fundamental to know the traditional way of life experienced by the residents and discuss the main environmental impacts that occurred after the implementation of the wind farm in the territory of Fazenda Quina.

Key-Words: Community of Fundo de Pasto. Participatory mapping. Wind Energy.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 -	Mapa da espacialização das comunidades de Fundo de pasto no município de Campo Formoso	14
Figura 2 -	Evolução dos aerogeradores entre 1985-2009	16
Figura 3 -	Mapa de localização da comunidade Fazenda Quina	22
Figura 4 -	Oficina de mapeamento participativo na comunidade de Fazenda Quina	25
Figura 5 -	Fluxograma da Metodologia	26
Figura 6 -	Protesto que bloqueou as vias de acesso ao parque eólico Vento do Sertão	40
Figura 7 -	Mapeamento participativo em comunidade tradicional de Fundo de Pasto - Fazenda Quina	43

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – APRESENTAÇÃO	1
1.1 Introdução	1
1.2 Objetivos	6
1.3 Justificativa	6
CAPÍTULO 2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	8
2.1 Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto e o Direito à Terra.....	8
2.2 Energia Eólica e impactos associados.....	15
CAPÍTULO 3 – MATERIAIS E MÉTODOS	22
3.1 Caracterização da área de estudo	22
3.2 Metodologia	24
CAPÍTULO 4 – RESULTADOS E DISCUSSÕES	26
4.1 Apresentando Fazenda Quina	27
4.2 Aspectos socioeconômicos de Fazenda Quina	30
4.3 Impactos Ambientais e Percepções dos moradores da Comunidade Quina	34
4.4 Entre os ventos e conflitos em Fazenda Quina	38
4.5 Mapeamento participativo e o protagonismo de Fazenda Quina	40
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
6. REFERÊNCIAS	46
7. ANEXOS	Erro! Indicador não definido.

CAPÍTULO 1 – APRESENTAÇÃO

1. Introdução

Os povos e comunidades tradicionais possuem particularidades em seu modo de vida que denotam um sentimento de pertencimento pelo território em que vivem. Esses povos atribuem a suas terras não somente o valor de uso que busca o capital, mas enxergam nela um ambiente que deve ser protegido para que suas culturas se propagem para outras gerações (ZHOURI, 2016). Entretanto, o atual modelo de “desenvolvimento” vem pondo em risco os territórios dessas comunidades que registram frequentes perdas de terras causadas pelas pressões econômicas e fundiárias que comprometem o modo de vida em território tradicionalmente ocupado (FLORIT, 2019).

Nesse sentido, as comunidades tradicionais de Fundo de Pasto são um exemplo de comunidades que vêm sendo protagonistas nas lutas que envolvem a defesa de seus territórios. São comunidades que estão distribuídas pelo semiárido baiano e possuem particularidades que caracterizam uma vivência singular nesse local. Definí-las com apenas um conceito, pode não ser suficiente para agrupar as especificidades que cada grupo apresenta e por isso, deve ser entendido como um conceito em movimento. Em linhas gerais, as definições propostas até o momento, caracterizam as comunidades de fundo de pasto como um modo de vida em território tradicionalmente ocupado no estado da Bahia, onde os moradores dessas comunidades destinam a terra de uso comum, sem a presença de cercas, à criação de animais (caprino e ovino) e ao extrativismo, mas possuem também áreas individuais, que no geral, são destinadas a agricultura familiar. Outra característica marcante é que a composição da comunidade se dá basicamente por grupos de pessoas que aprestam algum grau de parentesco (ALCÂNTARA E GERMANI, 2009).

A consolidação das comunidades de fundo de pasto se deu a partir de terras que pertenciam aos donatários que se utilizava desses espaços para criação de animais e plantio, porém muitos deles deixaram de produzir nessas áreas que conseqüentemente foram abandonadas e devolvidas para a coroa portuguesa, logo, esses espaços foram intitulados como terras devolutas do Estado. A partir disso, algumas famílias passaram a ocupar essas áreas e assim se formaram as primeiras comunidades de fundo de pasto na Bahia (TORRES, 2013). O termo “fundo de pasto” se deu por conta da criação de animais a soltas que, em sua grande maioria, são criados no fundo das moradias das famílias (CAR, 1987).

Distribuídas pelo Estado da Bahia, as Comunidades de Fundo de Pasto lutam para que seus territórios não sejam tomados pelos empreendimentos que vêm se espalhando em suas terras. Desta forma, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) aponta que a energia eólica é um dos exemplos de projetos desenvolvimentistas que põem em risco o modo de vida das comunidades tradicionais, pois apesar do baixo potencial poluidor dessa fonte de energia, muitos dos impactos negativos desencadeados com a implantação de parques eólicos não devem ser desconsiderados, pois diversos estudos mostram que há um potencial de impacto ambiental na cadeia de produção da energia eólica (CPT, 2020). Desta forma, na busca pelo protagonismo nas tomadas de decisão dos seus territórios, essas comunidades buscam por alternativas para fortalecer a luta pelo direito a terras. Nesse sentido, além de conviver com a luta pela defesa dos territórios muitas comunidades tradicionais ainda precisam lutar contra a invisibilidades nos mapeamentos.

Os mapas são tidos como uma ferramenta que possibilitou a representação do espaço geográfico e contribuiu para a organização política, econômica e social. A história dos mapas é marcada por constantes mudanças na forma de enxergar o território. Nesse sentido, os registros dos mapas realizados pelas civilizações antigas, não contavam com os aparatos tecnológicos atuais, os mapas eram feitos principalmente em pedaços de madeira ou sobre pele de animais e tinham como principal função demarcar os territórios destinados a caça, mas através deles, é possível identificar a percepção dos povos antigos sobre o território (MARTINELLI, 2010).

Por conseguinte, com o advento dos avanços tecnológicos, as formas de fazer mapeamento se tornaram cada vez mais sofisticadas e precisas. Entretanto, muitas comunidades tradicionais denunciam os casos de imparcialidade na elaboração dos mapas construídos com o objetivo de trazer benefícios econômicos para públicos específicos (ACSERALD, 2008). Nesse sentido, na busca por uma maior representatividade no mapeamento geográfico e com finalidade de garantir a manutenção dos direitos adquiridos em seus territórios, comunidades tradicionais vêm fazendo o uso da Cartografia Social como mecanismo para auxiliar na preservação de suas identidades culturais e na gestão territórios (MOORE & GARZÓN, 2010).

Deste modo, a Cartografia Social pode ser entendida como uma metodologia de mapeamento que permite a utilização de técnicas e vivências na confecção de mapas coletivos, criados pelos indivíduos e grupos conhecedores do território (HERRERA, 2009; SEEMANN, 2011). Portanto, a Cartografia Social tem crescido no Brasil, e tem

sido amplamente utilizada na elaboração de documentos (os mapas) que buscam subsidiar a resolução de conflitos, principalmente em comunidades tradicionais que buscam mecanismos que ajudem na proteção do território, através de uma nova visão cartográfica que proporciona o empoderamento dos grupos mais vulneráveis nos processos de tomadas de decisões (SOLTO,2021).

Além disso, através na Cartografia Social destacam-se os mapeamentos participativos que consistem em um tipo de mapeamento que permite o protagonismo das comunidades tradicionais na elaboração dos mapas dos seus territórios. Desta forma, os mapas gerados possuem características cartográficas próprias de acordo com a metodologia adotada pelos participantes. Os mapas podem ser feitos com a utilização de desenhos manuais ou com o uso de programas de produção. O mapeamento participativo é uma ferramenta fundamental, pois permite a participação das comunidades no planejamento e reconhecimento dos seus territórios (HERRERA, 2009; SEEMANN, 2011).

Nesse cenário, a exemplo dos mapeamentos participativos feitos no Brasil, Mendes et al., (2016) ressaltam que o mapeamento realizado na comunidade da Praia de Xavier, localizada em Camocim, Ceará, foi essencial para descrever os impactos provocados pela implantação de um dos maiores centros de produção de energia eólica. A chegada do empreendimento afetou a pesca, que é a principal atividade de subsistência da comunidade, comprometeu a mobilidade dos moradores com a privatização das áreas de passagem. Deste modo, através do mapeamento participativo a comunidade conseguiu externalizar os conflitos vividos em seus territórios.

Ademais, para entender a organização do território em uma comunidade tradicional, Almeida et al. (2020) realizaram um mapeamento participativo das áreas de Fundo de Pasto da Comunidade Ouricuri- BA, onde os mapas realizados pelos moradores trouxeram informações sobre o uso e ocupação da terra, localização das áreas destinadas a roçado e áreas indicadas para a recuperação, além de legitimar e fortalecer a luta pelo direito e a permanência na terra diante das ameaças.

Além disso, Barreto (2020) destaca que o mapeamento participativo realizado na comunidade tradicional de Fundo de Pasto Cachoeirinha –BA, através de oficinas foi de fundamental importância para garantir o protagonismo feminino na descrição das atividades de subsistências desenvolvidas em seus territórios. Com esse mapeamento foi possível identificar como acontece a produção através de sistemas agroecológicos

desenvolvidos nos chamados quintais produtivos, além de contribuir com a renda das famílias, ajudam na manutenção da biodiversidade local e na inclusão da vegetação nativa no sistema de produção desenvolvido na comunidade.

Outrossim, em uma perspectiva internacional, o mapeamento participativo também tem contribuído para mitigar uma série de conflitos enfrentados por comunidades tradicionais no Japão. Desta forma, em 2011, após a ocorrência de um terremoto seguido de tsunami que deixou muitas famílias desabrigadas e atingiu comunidades como vilarejo de Shibitachi localizado na área oeste da península de Karakuwa, os atingidos recorrem ao mapeamento participativo para reconstruir a história de Shibitachi e assim, tentar mitigar os efeitos catastróficos pós tsunami. O Redesenho das áreas destruídas contribuiu para as tomadas de decisões que reconstruíram o vilarejo (SOUTO, 2021).

Similarmente, Weyer et al., (2019) relatam a importância do uso da metodologia de mapeamento participativo em países da África do Sul que lutam contra o Apartheid para diminuir as desigualdades raciais e garantir o direito à terra. Nesse sentido, a comunidade de Likhayaletu situada no Leste da Província do Cabo, além de conviver com as ameaças de invasões do “homem branco”, os moradores ainda precisaram ser retirados das suas terras para que fosse fundada a unidade Great Fish Nature (GFN). A GFN é uma área de preservação integral, e para que fosse construída foi preciso fazer o remanejamento de várias famílias para outras comunidades sul-africanas. Desta forma, na tentativa de ocupar novamente seus territórios, os moradores de Likhayaletu apontam que o mapeamento participativo contribuiu para o empoderamento das famílias que buscam participar das tomadas de decisões que envolvem a gestão das suas terras.

De conformidade, Castillio e Baigún (2021) descrevem o mapeamento participativo realizado com os pescadores que atuam na porção do rio Paraná, localizada na região Nordeste da Argentina, onde, segundo os autores, essa metodologia ajudou a identificar os conflitos que afetam diretamente a pesca nessa região. A pesca artesanal é a principal atividade de subsistência das comunidades adjacentes ao rio. Entretanto os pescadores relatam que as atividades produtivas coexistentes no ambiente fluvial, comprometeram a viabilidade da pesca em várias partes do rio Paraná. Desta forma, a pecuária apareceu no mapeamento como o principal fator limitante às atividades pesqueiras devido à redução das áreas de atracação e desembarque que foram alocadas para as agriculturas que atuam na região. O mapeamento participativo foi uma ferramenta

eficaz para lidar com os conflitos entre os atores que compartilham o espaço fluvial por meio de diferentes atividades produtivas e recreativas (CASTLLIO E BAIGÚN, 2020).

Com base nas informações supracitadas, esse estudo buscou descrever alguns dos impactos que foram desencadeados com a chegada de um parque eólico no território da comunidade tradicional de Fundo de Pasto- Fazenda Quina, localizada no município Campo Formoso-BA. Desta forma, o mapeamento participativo realizado na comunidade foi de suma importância para discutir alguns desses impactos, visto que a ocupação de terras tradicionais pelos grandes empreendimentos faz com que essas comunidades vivam um cenário de inseguranças causado pela forma como se discute progresso no território brasileiro (GARCEZ, 1987).

Ademais, atualmente a Bahia está entre os Estados que mais produzem energia eólica no Brasil, com uma demanda cada vez maior (DIAS, 2014). Nesse sentido, tem se tornado cada vez mais comum a chegada de grandes empreendimentos nos municípios baianos, como por exemplo: Sobradinho, Campo Formoso, Sento Sé e Casa Nova, todos eles com uma grande quantidade de comunidades de Fundo de Pasto em seus territórios, fato esse que tem provocado diversos conflitos, pois os moradores dessas comunidades sofrem o impacto dessa produção que tem moldado seus territórios (CPT, 2020).

1.2 Objetivos

- Compreender a territorialidade da comunidade Tradicional de Fundo de Pasto Fazenda Quina e os possíveis impactos causados pelo Parque eólico no modo de vida dos moradores.

Objetivos Específicos:

- Analisar o território da comunidade, por meio do mapeamento participativo;
- Conhecer o modo de vida tradicional vivenciado pelos moradores da Comunidade Quina, na perspectiva da organização do território;
- Discutir os principais impactos ambientais ocorridos após a implantação do parque eólico, a partir da percepção dos moradores da Comunidade Quina.

1.3 Justificativa

Diante da importância ambiental das comunidades tradicionais de Fundo de Pasto, esse trabalho justifica-se na necessidade da realização de pesquisas que busquem apresentar esse modo de vida, e como ele pode ser impactado pela chegada de grandes empreendimentos (energia eólica, mineração, barragens...) que chegam em seus territórios. Ademais, a metodologia do mapeamento participativo realizada nesse trabalho é fundamental para contribuir com a gestão dos territórios dessas comunidades, pois representa o sentimento de pertencimento e familiaridade com a terra dos indivíduos que as ocupam.

Outrossim, é de suma importância a realização de trabalhos que possam subsidiar as comunidades de Fundo de Pasto na defesa dos seus territórios. Dessa forma, dar visibilidade para essas comunidades através dos mapas construídos por elas, é uma forma de mostrar que os processos de mapeamento de territórios precisam ir além de interesses econômicos que fazem deles um instrumento de poder, logo, incluir as comunidades tradicionais na construção dos mapas das suas terras, permite o protagonismo na descrição do modo de vida, retrato do espaço físico e ainda pode ser um documento de denúncia aos conflitos vivenciados em seus territórios. (TEIXEIRA, 2021). Desta forma, para que haja empoderamento das comunidades que lutam pelo direito a terra e preservação dos seus recursos, é fundamental que exista organização e autoconhecimento dos seus

territórios que podem ser proporcionados pelos mapas realizados de maneira coletiva (SOUTO, 2021).

Além disso, é importante destacar a contribuição das comunidades tradicionais para a conservação da diversidade biológica, tendo em vista que existe uma relação harmônica entre os povos tradicionais e os espaços em que vivem. Primack e Rodrigues (2001) reiteram a importância dessas comunidades na proteção da biodiversidade, pois, de acordo com os autores, as áreas tropicais do mundo comportam grande diversidade de espécies e são áreas que também apresentam as maiores diversidades culturais e linguísticas. Desta forma, é de suma importância que as comunidades tradicionais sejam inseridas nas tomadas de decisões dos seus territórios, pois além do sentimento de pertencimento desses grupos com o território, existe uma necessidade de cuidado/preservação da natureza afim de que suas manifestações culturais sejam mantidas ao longo do tempo (SANTOS, 2010).

CAPÍTULO 2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto e o Direito à Terra

Esse capítulo buscou discutir um pouco sobre as comunidades de Fundo de Pasto, localizadas no Estado da Bahia, sobre a diversidade dos Povos e Comunidades Tradicionais, com incidência em todo o território brasileiro, bem como analisar um pouco a legislação que confere direito a essa população tradicional.

Os povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, possuem formas próprias de organização social e ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações, saberes e fazeres transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007). Nesse sentido, as comunidades tradicionais apresentam um modo de vida singular caracterizado pelas vivências dos seus antepassados e as diferentes formas de territorialização. O modo de viver dessa população proporciona manejo mais sustentáveis e relação harmônica com os recursos naturais, onde, na maioria dos casos, as atividades desenvolvidas apresentam uma baixa articulação com o mercado, tendo em vista que o foco da produção local é o autoconsumo (DIEGUES, 2004).

Nesse contexto, o Brasil é o país que comporta uma das maiores diversidades de comunidades tradicionais, pois, os povos e comunidades tradicionais do Brasil estão presentes em praticamente todos os Estados. De sua totalidade, pelo menos 28 segmentos diferentes que se agrupam de acordo com características sociais, culturais, econômicas (YPADÊ, 2022). Essa megadiversidade cultural encontrada no país proporciona diferentes relações entre as comunidades tradicionais e o meio ambiente.

Deste modo, diante dessa diversidade multicultural presente no Brasil, é de suma importância que se conheça alguns dos direitos que asseguram o modo de vida dos povos e comunidades tradicionais. Nesse sentido, os artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988 considera que é dever do Estado proteger as diferentes manifestações culturais e os espaços os quais elas ocupam.

Art. 215 – O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional [...]

Art. 216 – Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. [...] § 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei (BRASIL, 1998)

Além disso, o Brasil se tornou signatário da Convenção Internacional nº 169, criada em 1989 pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, através do decreto presidencial nº 5.051, de 19 de abril de 2004 (BRASIL, 2004), portanto, todos os países que aceitaram participar do acordo assumiram o compromisso de garantir que os modos de vida dos povos tradicionais fossem respeitados. Essa Convenção dispõe sobre os direitos dos povos indígenas e tribais e indica que o governo precisa proteger os povos e comunidades tradicionais, garantindo-lhes proteção em seus territórios tradicionalmente ocupados, fortalecendo suas organizações culturais e econômicas. Em seu artigo 2º o marco legal apresenta diretrizes importantes sobre a participação das comunidades nos processos de tomadas de decisões que envolvem o ambiente em que vivem:

Artigo 2º

1. Os governos deverão assumir a responsabilidade de desenvolver, com a participação dos povos interessados, uma ação coordenada e sistemática com vistas a proteger os direitos desses povos e a garantir o respeito pela sua integridade.

2. Essa ação deverá incluir medidas:

a) que assegurem aos membros desses povos o gozo, em condições de igualdade, dos direitos e oportunidades que a legislação nacional outorga aos demais membros da população;

b) que promovam a plena efetividade dos direitos sociais, econômicos e culturais desses povos, respeitando a sua identidade social e cultural, os seus costumes e tradições, e as suas instituições;

c) que ajudem os membros dos povos interessados a eliminar as diferenças socioeconômicas que possam existir entre os membros indígenas e os demais membros da comunidade nacional, de maneira compatível com suas aspirações e formas de vida (BRASIL, 2004).

Ademias, outros direitos para os povos e comunidades tradicionais estão previstos na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades

Tradicionais (PNCTC), promulgada através o decreto federal n ° 6.040 de 07 de fevereiro de 2007. Essa Política traz indicativos de ações necessárias à proteção de grupos culturalmente diferenciados, participantes do processo civilizatório nacional, ampliando o quantitativo de segmentos que passaram a se somar aos povos indígenas e às comunidades quilombolas, já reconhecidos, em outras legislações, como tradicionais. A finalidade da PNCTC é discutir o desenvolvimento adequado para os povos e comunidades tradicionais, respeitando suas especificidades e garantindo-lhes o direito à terra e valorização do modo de viver (BRASIL,2007).

Por outro lado, mesmo com um conjunto de marcos legais nacionais e internacionais que conferem direitos aos povos e comunidade tradicionais, muitas comunidades enfrentam diversos conflitos, pois, além da falta de inclusão social, o direito ao território ainda representa um dos maiores desafios. Uma vez que não é garantido acesso à terra para estes segmentos sociais, que ocupam tradicionalmente seus territórios, essas comunidades precisam enfrentar a especulação de suas terras por grandes empreendimentos que desejam explorar os recursos naturais, provocando alteração na paisagem e na dinâmica do modo de vida dessas comunidades (GREZEBIELUKA, 2012). Assim, Ascerald (2009) comenta que os avanços dos grandes empreendimentos em territórios tradicionalmente ocupados desencadeiam a chamada "zona de sacrifício" em prol de um modelo de desenvolvimento que além de gerar injustiça ambiental resulta em conflitos.

Nesse cenário, as comunidades de Fundo de Pasto são exemplos de comunidades tradicionais que vêm enfrentando diversos conflitos em seus territórios. Resumir as comunidades de Fundo de Pasto em apenas um conceito pode não ser suficiente para apresentar cada uma das particularidades presentes nesse modo de vida. Em linha gerais Alcântara e Germani (2009) destacam alguns aspectos que ajudam a entender um pouco mais sobre esse modo de vida:

- a) O Fundo de Pasto é uma experiência de produção do espaço típico do semiárido baiano;
- b) caracteriza-se pelo criatório de animais em terras de uso comum;
- c) além de criarem bodes, ovelhas ou gado na área comunal, possuem uma lavoura de subsistência na área individual sendo, portanto, pastores e lavradores;
- d) há uma articulação (e não somente um somatório) entre a área comunal e as áreas individuais;
- e) a coesão da comunidade se dá pelos laços de sangue proveniente da linhagem ou de aliança formando ao longo do tempo;
- f) têm como elementos reguladores das relações sociais o costume e a tradição;

g) possuem historicidade, pois formam pequenas comunidades espalhadas pela caatinga, habitando estas terras há mais de um século (ALCÂNTRA E GERMANI, 2009. P,13).

Por conseguinte, o processo de ocupação das terras que deram origem às primeiras comunidades de Fundo de Pasto no semiárido baiano é marcado por uma série de conflitos que perpetuaram ao longo do tempo. Essas comunidades surgem no período colonial em que a estrutura fundiária do Brasil se dava pela distribuição de terra por meio do sistema de sesmarias, instituídas por D. João III em 1534. Desse modo, o rei cedia terras aos capitães donatários que, no geral, eram pessoas de sua confiança, esses por sua vez, de posse da gestão da terra, implantaram um sistema de produção que foi fundamental para diminuir a “ociosidade” da terra no semiárido brasileiro (MARQUES,2016).

Entretanto, os donatários precisavam atender alguns critérios para continuar de posse das terras cedidas, sendo a produção no local um fator imprescindível, onde o responsável por ela deveria produzir lavouras que trouxessem um rápido retorno econômico e contribuísse com a arrecadação de impostos. Porém, muitos donatários enfrentaram dificuldades para manter uma produção economicamente viável, resultando na devolução das terras para a coroa portuguesa. Desta forma, as áreas abandonadas se tornaram terras devolutas do Estado, a partir disso, famílias do semiárido baiano, que já ocupavam nessas terras, desempenhando atividades como agricultura e pecuária, continuaram produzindo nessas áreas e assim, formaram-se as primeiras Comunidades de Fundo de Pasto no estado da Bahia (TORRES, 2013).

Desta maneira, O termo “terra devoluta” relaciona-se ao conceito de área devolvida ou a ser devolvida ao Estado. Mais tarde esse conceito evoluiu para terras em que não são aplicados nem um uso público federal, estadual ou municipal, ou que não foram, legitimamente, incorporadas ao domínio particular (TORRES, 2013). De acordo com Torres, é nesse cenário de terras devolutas que estão inseridos os territórios das comunidades tradicionais de Fundo de Pasto.

Nesse sentido, em relação a regularidade das áreas que são de propriedade do Estado da Bahia, a Constituição de 1989, no art,178 indica que a regularização fundiária deve acontecer por meio de concessão de direito real de uso, caso o Estado considere conveniente (TORRES,2013). Muito embora uma parcela dessas áreas seja ocupada por comunidades tradicionais, a constituição de 1989 as nomeiam como terras devolutas (onde não há uso), diferentemente da Constituição Federal de 1988 que reconhece as áreas

ocupadas pela população de povos e comunidades tradicionais como terra tradicionalmente ocupada (BAHIA,2013).

Toda via, por mais que tenha sido instituído um conjunto de legislações para normalizar essas áreas tradicionalmente ocupadas, as comunidades de Fundo de Pasto ainda enfrentam muitos entraves para garantir a permanência em seu território. Mesmo se tratando de áreas com anos de ocupação, o território da maioria dos Fundos de Pasto ainda continua sem regularização fundiária, fazendo com que essas comunidades necessitem pensar em estratégias de enfrentamento às diversas tentativas de grilagem e especulação de suas terras para implantação de empreendimentos que não condiz com seu modo de viver. Desta forma, na década de 1980 mediante as constantes pressões e violências envolvendo os territórios dos Fundos de Pastos, inicia-se discussões sobre a necessidade de uma articulação política e coletiva para fortalecer essas comunidades na luta contra a expropriação de suas terras (SANTOS, 2021).

Nesse contexto, as representações dessas comunidades, movidas pela necessidade de reivindicar políticas públicas que lhes garantisse o direito à terra, através da regularização fundiária, chegam ao consenso para criação de uma organização que fosse representativa das comunidades e lhes conferisse unidade. Desta forma, no dia 02 de setembro de 1994, fundou-se a Central das Associações e Comunidades Tradicionais Agropastoril de Fundo e Fecho de Pasto da Região de Senhor do Bonfim (CAFFP) como objetivo de articular, mobilizar e conduzir o diálogo entre comunidade e o poder público. Assim como aconteceu em Senhor do Bonfim, outras regiões também começaram a se organizar em defesa dos seus territórios e, no ano de 2002, fundou-se a Articulação Estadual de Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto, instância máxima para reivindicações e construção de políticas públicas a nível de Estado (CARVALHO, 2014).

Por conseguinte, essa movimentação da organização de Fundo de Pasto, tem conseguido dar visibilidade às comunidades. Além disso, outro processo que tem contribuído para que as comunidades comecem a ser quantificada e reconhecidas pelo Estado, é o processo de certificação dos Fundo e Fecho de Pasto que apesar de complexo, é essencial para o autoreconhecimento desses povos. A portaria nº 0010/2017, publicada pela Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI), descreve os critérios necessários para que as comunidades de Fundo de pasto sejam reconhecidas:

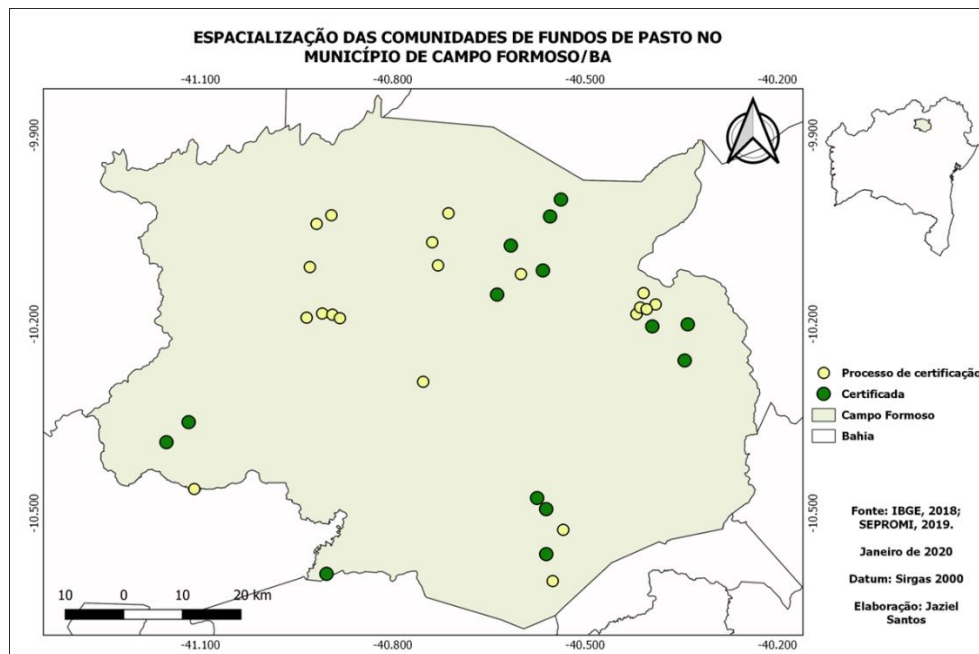
Elaboração de uma ata de auto definição da identidade que deve estar assinada pelas maiorias dos moradores com o número do registro geral, caso não tenha

associação precisa apenas da última ata; preencher o formulário de caracterização da comunidade; emitir documento de declaração de auto definição da identidade. Após a realização do processo descrito a cima, a comunidade receberá vista técnica da SEPROMI, que irá elaborar e emitir um parecer técnico para o chefe de gabinete do poder executivo para declarar a existência da comunidade (SANTOS et al., 2021, P.205).

De acordo com Santos (2022), nos termos da legislação, os Fundos e Fechos de Pasto ganharam visibilidades a partir da Constituição da Bahia de 1989, no art. 178, que permitiu a regularização de áreas públicas ocupadas comunitariamente por meio de concessão de direito real de uso, caso o Estado considere conveniente. Além disso, a aprovação da lei 12.910/13 normatizou as terras de comunidades quilombolas, de Fundo e Fechos de Pasto que pertenciam ao Estado da Bahia (BAHIA, 2013). A autoidentificação das comunidades é importante tanto para a caracterização do modo de vida, como também para o acesso à terra, pois de acordo com a lei 12.910/13, só terá direito a terra àquelas comunidades que o Estado declarar sua existência através de emissão de certificado de identidade (SANTOS, 2022).

Em relação a distribuição geográfica das comunidades, Ferraro Júnior (2008) realizou um levantamento entre os anos de 1982-2008 dos municípios que possuem Comunidades de Fundo de Pasto no estado da Bahia, são eles: Antônio Gonçalves, Barra, Brotas de Macaúba, Buritirama, Campo Alegre de Loures, Campo Formoso, Canudos, Casa Nova, Correntina, Curaçá, Euclides da Cunha, Itiúba, Jaguarari, Juazeiro, Andorinha, Mirangaba, Monte Santo, Oliveira dos Brejinhos, Pilão Arcado, Pindobaçu, Remanso, Santa Maria da Vitória, Seabra, Santo Sé, Sobradinho, Uauá, Umburanas, e Vitória da Conquista, esses foram os 28 municípios levantados até o ano de 2008. O município de Campo Formoso (Figura 1), que é o locus da área de estudo desse trabalho, conta com 34 comunidades de Fundo de Pasto certificadas ou em processo de certificação pelo governo do estado da Bahia (SANTOS, 2022).

Figura 1: Mapa da espacialização das comunidades de Fundo de Pasto no município de Campo Formoso/BA.



Fonte: Santos, 2020.

Apesar da ampla distribuição geográfica das comunidades de Fundo de Pasto, elas ainda são protagonistas de diversos conflitos na demarcação dos seus territórios, pois mesmo vivendo em locais ocupados antes da colonização do Brasil, muitos sertanejos ainda enfrentam problemas com a imprecisão nos limites das suas áreas que refletem até mesmo nos títulos adquiridos (quando conseguem), tornando cada vez mais recorrente os casos de grilagem que ameaçam o modo de vida (CAR, 1987).

Além dos conflitos causados pela imprecisão na demarcação de terras, algumas comunidades de Fundo de Pasto ainda precisam conviver com os casos de violência física na luta pela defesa de seus territórios. Desta forma, Ferraro Júnior (2008) comenta que o município de Monte Santo foi protagonista do assassinato de três membros dessas comunidades a mando de grileiros. Além disso, o autor lista uma série de comunidades de Fundo de Pasto que enfrentam conflitos em seus territórios: Lagoa do Pimentel, Flores, Serra da Bahia, Paus Verdes, Capivara, Lagoa da Serrinha, Lagoas Bonita, Santo Antônio/Barra e Oiteiro, todas elas localizadas em Monte Santo-BA. Destacando que a maioria desses conflitos são provocados por fazendeiros que buscam cercar as áreas dos Fundo de Pasto para expandir suas fazendas, e pela instalação de empresas em territórios tradicionalmente ocupados.

Nesse contexto, os conflitos entre as comunidades de Fundo de Pasto e os grandes empreendimentos como os complexos eólicos, vêm crescendo na Região Nordeste do Brasil. Esse fato se deve a atuação do Estado na aprovação de projetos que buscam ocupar

terras tradicionalmente ocupadas (CPT,2018). Desta forma, há uma luta constante dos povos e comunidades tradicionais para que o modo de vida e a relação com a terra sejam preservados, de maneira que as gerações futuras possam protagonizar a cultura desses povos.

2.2 Energia Eólica e impactos associados

Eventos como a revolução industrial e o avanço da agricultura, aumentaram a demanda por energia em várias partes do mundo. Entretanto as principais fontes utilizadas para suprir essa demanda energética eram provenientes de fontes de energia não renováveis que põem em risco a disponibilidade dos recursos ao longo do tempo (ANEEL,2009). Além disso, os acidentes nos reatores de *Three Mile Island* em 1979 nos Estados Unidos, em 1986 na cidade de Chernobyl na ex-União Soviética e mais recentemente em Fukushima no Japão em 2011, fizeram com que muitos ambientalistas defendessem cada vez mais a necessidade de fontes de energias que gerassem menos impacto ambiental (SCHEER, 2002).

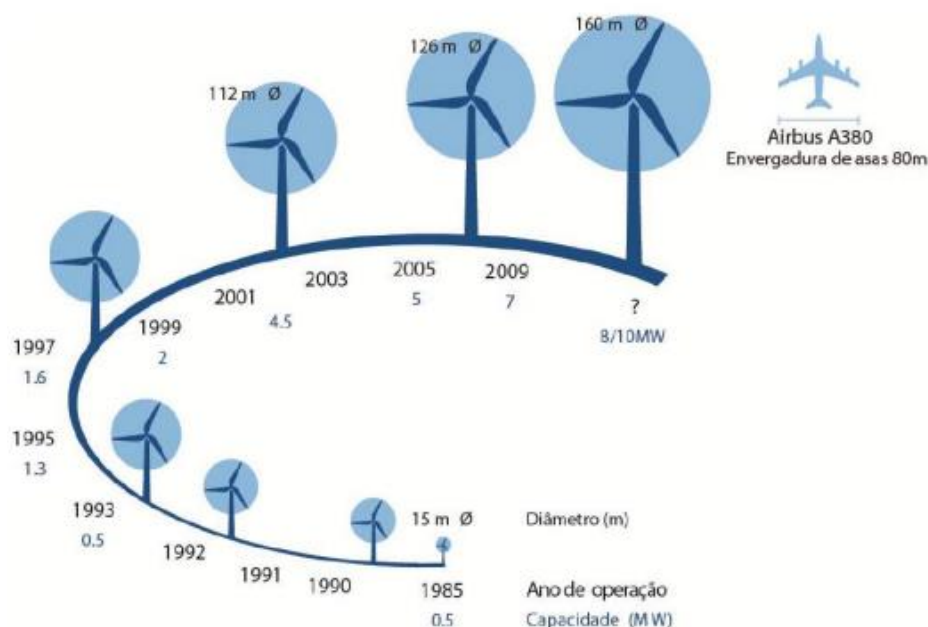
Nesse contexto, várias outras fontes de geração de energia elétrica passaram a ser estudadas e classificadas como fontes alternativas, e assim, surgem as Fontes Alternativas de Energia Elétrica (FAEE) (PACHECO, 2015). Dessa forma, a energia eólica é uma das FAEE's que vem sendo amplamente utilizada por ser considerada uma fonte de energia limpa, não emitir gases de efeito estufa durante a operação e pelo seu baixo impacto ambiental durante toda a cadeia energética (EWEA, 2010).

Apesar de ser uma fonte de energia que vem ganhado notoriedade atualmente, a utilização da energia eólica não é recente e estima-se que os primeiros usos datam de 200 anos a.C, onde, na Pérsia, camponeses utilizavam-se da força do vento para bombeamento de água e moagem de grãos através de cata-ventos que geralmente eram feitos de madeira, mas com o advento da revolução industrial, no final do século XIX, foram desenvolvidos moinhos que apresentavam mais tecnologias e faziam maior aproveitamento da força do vento na produção de energia elétrica (CHESF-BRASCEP,1987). Entretanto, mesmo com grandes investimentos, só no ano de 1980, na Dinamarca, que a energia eólica passou a ser vista como um potencial para a geração de eletricidade, logo, a Dinamarca se tornou o país com maior contribuição de energia eólica do mundo e maior fabricante de turbinas (MARTINS, GUARNIERI e PEREIRA, 2008).

Nesse sentido, os parques eólicos (conjunto de unidades aerogeradoras) da Dinamarca, deram celeridade ao processo de produção de energia eólica em vários outros países. Os parques eólicos podem ser definidos como infraestrutura capaz de gerar energia elétrica a partir do vento, também chamados de usina eólica, são neles onde são instalados os aerogeradores e turbinas que convertem a energia cinética dos ventos em energia elétrica, essa conversão acontece através dos movimentos mecânicos das turbinas, enquanto são empurrados pelo vento, depois disso, a energia é convertida em eletricidade e torna-se apta para o consumo (SOUZA, 2015).

Ademais, as políticas de incentivo para a produção de energia eólica contribuíram para o rápido desenvolvimento tecnológico que aumentou o potencial das turbinas eólicas, principalmente a partir do ano de 1985 (Figura 2). Dessa forma, com o desenvolvimento de projetos que buscaram fazer um maior aproveitamento do vento através das torres eólicas, houve um aumento significativa na produção de energia em vários países, e assim, essa fonte de energia passou a ser cotada como uma alternativa para substituição das fontes de energia não renováveis (PACHECO, 2015).

Figura 2: Evolução dos aerogeradores entre 1985-2009.



Fonte: CRESESB, 2010.

Nesse sentido, com o rápido crescimento da produção de energia eólica em vários países, o Brasil também aderiu a essa alternativa na sua matriz energética e hoje é um dos maiores produtores de energia eólica do mundo. Essa potencialidade brasileira pode ser

explicada pelas condições favoráveis encontradas em algumas regiões do país, como é o caso da região Nordeste que se destaca pelo grande potencial para a geração de energia devido as condições climáticas e localização, logo, o Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Bahia são os estados que comportam o maior número de usinas eólicas da região (CARVALHO E COIMBRA, 2018).

Outrossim, a região Nordeste também apresenta grande potencial na produção de energia eólica Offshore, que consiste em uma forma de produzir energia elétrica a partir da implantação de turbinas eólicas em alto mar (BARBOSA, 2018). Nesse sentido, por serem implantadas em locais em que a velocidade dos ventos é constante, a energia eólica offshore vêm atraindo cada vez mais o interesse dos principais empreendimentos eólicos, pois, apresentam produtividade máxima que chegam a ser superiores aos projetos terrestres (EWEA, 2010).

Ademais, os empreendimentos eólicos possuem algumas particularidades na legislação se comparada a outras atividades com potencial de geração de impacto. Por ser considerada uma energia limpa e de baixo impacto, a resolução do CONAMA nº 279 de 27 de junho de 2001, estabelece que a produção de energia eólica pode acontecer apenas com um licenciamento ambiental simplificado (BRASIL,2001). Nesse sentido, essa especificação para o baixo impacto presente na resolução nº 279 dispensa algumas obrigatoriedades presente a resolução CONAMA nº 237 que determina que para todos os empreendimentos de alto impacto ambiental, devem ser exigidos documentação prévia, requerimento de licença ambiental, análise do órgão ambiental, prestação de esclarecimentos, audiência pública e emissão de parecer técnico para só então ser deferida a licença ao empreendimento (CHARMELLO,2015).

Além disso, a resolução do CONAMA nº 462 de 2014 determina que a depender da localização do empreendimento e do porte do parque eólico a ser implantado, os próprios Estados podem emitir o licenciamento ambiental. Sendo assim, o Estado será responsável por realizar os estudos ambientais exigidos nos processos de licenciamento que pode ser simplificado conforme a classificação do porte do empreendimento (CHARMELLO,2015). Dessa forma, para os empreendimentos classificados como de baixo impacto, dispensa-se as exigências do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) (BRASIL,2014).

Entretanto, é de suma importância que sejam avaliados os impactos negativos presentes na resolução do CONAMA nº 462. Tendo em vista que, as simplificações

estaduais põem em risco o cumprimento das normas ligadas a redução de impactos ambientais (DANTAS et al., 2022). Um exemplo disso, é o decreto do estado da Bahia de nº 14.024 de 06 de junho de 2012 que mede o porte do empreendimento eólico com base no número de aerogeradores instalados, onde os empreendimentos com até 30 aerogeradores são considerados como de pequeno porte, os de médio porte de 31 a 120 e os de grande porte são os empreendimentos com mais de 121 aerogeradores (BAHIA, 2012).

À vista disso, uma problemática associada ao decreto nº 14.024 do estado da Bahia, é a autorização de empreendimentos eólicos a partir de licenciamento simplificado, onde, o órgão licenciador, pode em uma única fase, atestar a viabilidade ambiental, aprovar a localização e autorizar a implantação do empreendimento eólico, se esse for classificado como de baixo impacto ambiental, logo, o órgão licenciador estadual, pode emitir diretamente a licença de instalação (BAHIA, 2018). Desta forma, para fugir das condicionantes que apresentam maiores exigências para os empreendimentos de grande porte, muitos empreendimentos eólicos aproveitam-se de algumas fragilidades presentes no decreto nº 14.024 do estado da Bahia, e acabam conseguindo licenças que se aplicaram somente aos empreendimentos de pequeno porte (COSME, 2017).

Nesse contexto, uma estratégia usada pelos requerentes da licença ambiental, é dividir os complexos eólicos (conjunto de parques eólicos) em parques (conjunto de unidades aerogeradoras) que possuem poucos aerogeradores, logo, esses parques podem ser considerados como empreendimentos de baixo impacto. Dessa forma, os requerentes da licença ambiental, apresentam diferentes Cadastros Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) para cada um dos parques, mesmo que eles pertençam aos mesmos complexos. Deste modo, a forma como acontece o licenciamento ambiental para empreendimentos eólicos no Estado da Bahia, vem provocando discussões acerca os impactos ambientais associados, pois, por ser considerada uma fonte de energia limpa, muitas das ações de mitigação para os impactos causados, não são cobradas, deixando as comunidades adjacentes aos empreendimentos mais vulnerável (COSME, 2017).

Portanto, mesmo sendo uma fonte de energia considerada limpa, Terciote (2005) discute alguns impactos negativos associados a produção de energia eólica que serão descritos no Quadro 1. Dentre os principais impactos discutidos pelo autor estão: impacto visual, interferência eletromagnética, danos à fauna, ruídos, sombreamento, supressão de vegetação e os impactos sociais. Porém, mesmo apresentando um potencial de impacto

negativo, cabe destacar alguns dos pontos positivos presentes na literatura sobre a energia eólica: é uma fonte de geração de energia não contaminante, ambientalmente viável, tendo em vista que os ventos não são esgotáveis e possui alto potencial para substituir/complementar fontes de energia não renováveis (ALBADÓ, 2002).

Quadro 1. Impactos associados a produção da energia eólica:

Impacto	Causa	Consequência do impacto
Impacto visual	Alteração da paisagem local.	O impacto visual de um parque eólico é altamente subjetivo. Muitas pessoas olham as turbinas eólicas como um símbolo de energia limpa sempre bem-vindo, outras reagem negativamente à nova paisagem.
Interferência eletromagnética	Turbinas eólicas podem causar IEM por reflexão de sinais das pás. A interferência ocorre porque o sinal refletido é atrasado devido à diferença entre o comprimento das ondas, alterado por causa do movimento das pás.	Os sinais de comunicação civis e militares podem ser afetados por IEM, incluindo transmissões de TV e rádio, comunicações de rádio microondas e celular, comunicação naval e sistemas de controle de tráfego aéreo.
Sombreamento	Impacto causado pelo reflexo da luz nas torres eólicas que acontecem em alguns momentos do dia quando as hélices das turbinas sombreiam o solo.	Segundo pesquisas o sombreamento pode causar incômodo, além de náuseas, dores de cabeça provocadas pelo efeito de estroboscópio.
Danos à fauna	A instalação de parques eólicos na rota migratórias de aves pode ser responsável pela colisão desencadeada pela dificuldade de visualização das turbinas; O tráfego de veículos aumenta o número de animais atropelados; Diminuição dos habitats das espécies	- Aumento da mortalidade de animais que pode influenciar na distribuição de espécies na região; - A redução de áreas pode influenciar na migração de espécies para outras áreas.
Supressão de vegetação	Retirada da vegetação local para abertura de estradas e montagens dos parques eólicos.	- Perda de vegetação nativa; - Redução de habitat de espécies; - Aumento da compactação do solo.
Ruídos	O ruído é gerado pelo sistema eólico ao girar suas pás; As frequências dos ruídos variam de acordo com a velocidade do vento; O ruído proveniente das turbinas eólicas tem duas origens: mecânica e aerodinâmica.	- Poluição sonora nas adjacências dos complexos eólicos; - Afugentamento de espécies; - Incomodo para as pessoas que vivem nas adjacências dos empreendimentos eólicos.
Impactos Sociais	Há uma tendência de aumento no número de empregos nos locais onde são implantados os complexos eólicos, entretanto, na maioria das vezes são temporários. Além disso, o arrendamento de terras para a instalação das torres também contribui para o aumento de renda local.	- Geração de renda; - Interferência no cotidiano das comunidades adjacentes.

Fonte: TERCOTE, 2005; ALBADÓ, 2002.

Ademais, mesmo com os impactos negativos associados a cadeia produtiva da energia eólica, muitos municípios do Nordeste brasileiro vêm aderindo cada vez mais essa fonte de energia alternativa. A exemplo disso, o município de Campo Formoso- BA, onde fica situada a área de estudo dessa pesquisa, está entre os maiores produtores de energia eólica do Estado. O potencial de produção do município representa 16,8 % da potência de todo o Estado da Bahia e 4,7% da Potência instalada brasileira, tal fato, tem proporcionado um aumento significativo no número de parques eólicos nessas regiões (ANEEL,2021).

No entanto, Marques et al., (2021) chama atenção para as fragilidades presentes no processo de licenciamento ambiental dos parques eólicos no município de Campo Formoso, destacando que o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), órgão responsável pelo licenciamento desses parques, exige somente licenças simplificada para todos empreendimentos na região, mesmo nos casos em que a legislação federal e estadual vigente, indicam que sejam realizados estudos mais aprofundados e audiências públicas (CHARMELLO,2015). Ainda de acordo com Marques et al., (2021) os empreendimentos eólicos do município de Campo Formoso, também descumprem alguns dos critérios estabelecidos no art.3º da Resolução CONAMA 462/2014, que indica os casos em que os parques eólicos devem ser considerados como sendo de alto impacto ambiental como descreve os incisos V, VI e VII da resolução:

- V – Em áreas regulares de rota, pousio, descanso, alimentação e reprodução de aves migratórias constantes de Relatório Anual de Rotas e Áreas de Concentração de Aves Migratórias no Brasil a ser emitido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, em até 90 dias;
- VI – Em locais em que venham a gerar impactos socioculturais diretos que impliquem inviabilização de comunidades ou sua completa remoção;
- VII – em áreas de ocorrência de espécies ameaçadas de extinção e áreas de endemismo restrito, conforme listas oficiais (BRASIL, 2014,p,4).

Por conseguinte, alguns dos empreendimentos eólicos do município de Campo Formoso são considerados como obras de baixo impacto ambiental, quando na verdade, apresentam especificidades que, de acordo a legislação, estariam na categoria de alto impacto ambiental, pois, há no município a ocorrência de espécies ameaçadas de extinção, e de acordo com a resolução do CONAMA 462/2014, o processo de licenciamento precisa de maior rigor. A exemplos disso, a arara-azul-de-lear (*Anodorhynchus leari*) é uma espécie considerada exista, endêmica do nordeste da Bahia e com distribuição geográfica

comprovada no município de Campo Formoso (LUGARINI, BARBOSA E OLIVEIRA, 2012).

Dessa forma, os areogeradores podem ser tidos como ameaças para essas espécies, gerando desde estranhamento com seu ecossistema original até mesmo a colisão dessas aves. Além disso, não deve ser desconsiderado o impacto às comunidades tradicionais adjacentes os complexos eólicos, pois, os casos de conflitos no município têm sido cada vez mais recorrentes (MARQUES et al.,2021).

Como base nas informações supracitadas, esse trabalho buscou relatar alguns dos conflitos vivenciados pela Comunidade tradicional de Fundo de Pasto, Fazenda Quina, com a chegada de um parque eólico em seus territórios. Ademais, buscou-se apresentar a Cartografia Social como uma ferramenta de empoderamento na luta pelo direito e preservação do modo de vida dos moradores das adjacências do empreendimento eólico.

Nesse sentido, a Cartografia Social apresenta formas de realizações de mapeamentos participativos que documentam a realidade vivida nos territórios das comunidades tradicionais. Além de permitir o protagonismo de povos tradicionais na elaboração dos mapas dos seus territórios, a Cartografia Social ainda pode ser tida como uma forma de resistência dos grupos que historicamente, são representados por mapas que nem sempre expressam a realidade local. Essa forma de construção de mapas em conjunto com a comunidade, ajuda tanto no planejamento ambiental, como também é uma metodologia que assegura o protagonismo dos atores locais nas tomadas de decisões dos seus territórios, além de fortalecer as lutas pelo direito a terra (SOUZA, 2021).

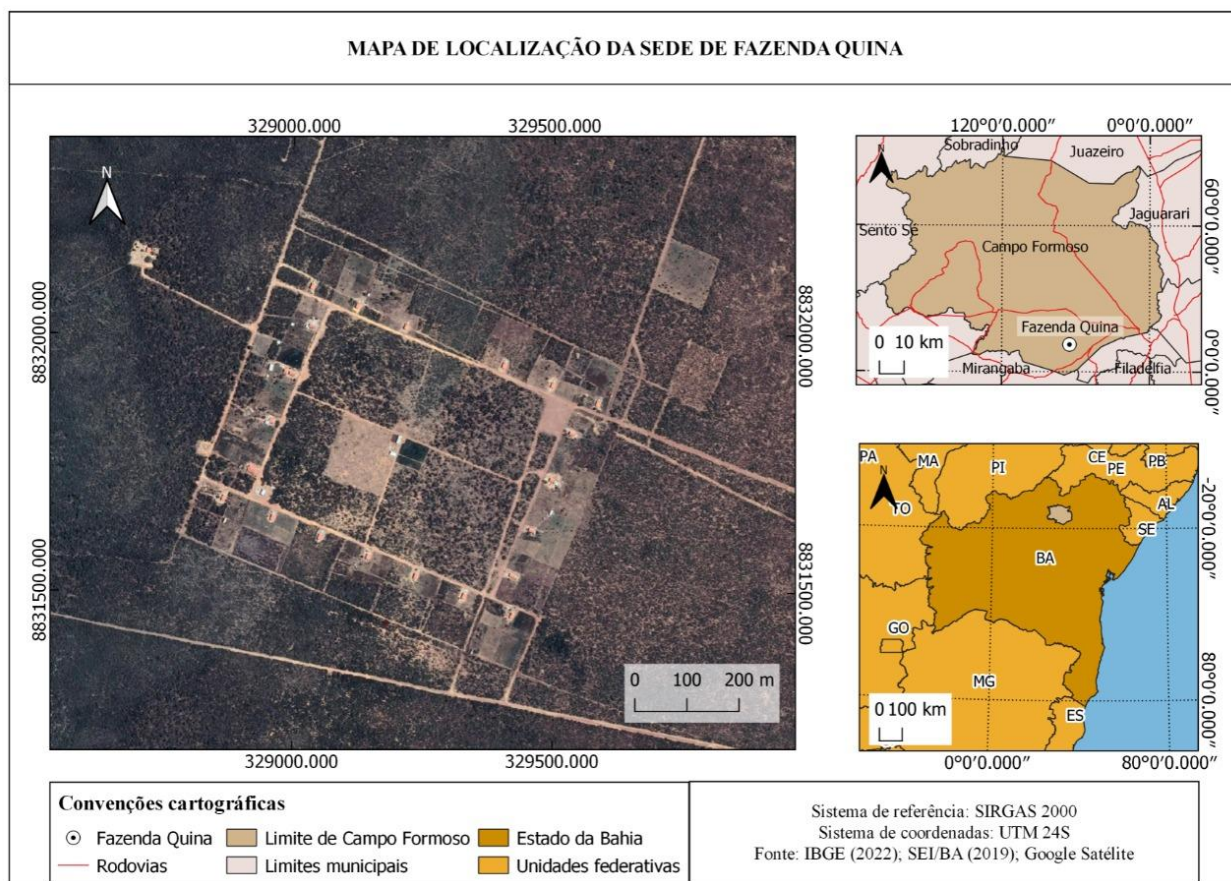
CAPÍTULO 3 – MATERIAIS E MÉTODOS

3.1 Caracterização da área de estudo

A comunidade de Fazenda Quina, área de estudo desse trabalho, está localizada no Município de Campo Formoso, que possui 7.161,827 Km² de área, e fica situado na região centro Norte do estado da Bahia. Por abranger uma vasta extensão territorial, Campo Formoso faz divisa com os municípios de Sobradinho, Juazeiro, Jaguarari, Senhor do Bonfim, Sento Sé, Umburanas, Mirangaba e Antônio Gonçalves (SEI, 2015).

Nesse sentido, Fazenda Quina fica localizada a 33 quilômetros da cidade de Campo Formoso (Figura 3). Essa Comunidade possui altitude média de 800m, precipitação pluviométrica média de 500 mm anuais e clima do tipo *Bsh* designado como semiárido quente, devido à escassez de chuvas e grande irregularidade em sua distribuição, forte insolação, índices elevados de evaporação e temperaturas médias elevadas (SILVA e CARVALHO, 2019).

Figura 3: Mapa de localização da sede de Fazenda Quina.



Fonte: Autoria própria, 2022

Em relação aos aspectos pedológicos da comunidade, tomou-se como base a observação de solos disponível em cartas de solos do estado da Bahia, com classificação realizada pela Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária (EMBRAPA), onde foram identificados solos do tipo Cambissolo Háplico e Neossolo Litólico, esses solos são comuns em regiões semiáridas e apresentam pouca profundidade, geralmente possuem muito cascalho e uma alto teor de silte em sua composição (NAPEIA,2015).

Ademais, por estar localizada na região Piemonte da Chapada Diamantina, em sua porção setentrional, a comunidade está inserida em uma unidade geomorfológica caracterizada pela presença de superfícies soerguidas e aplainada, formadas por rochas sedimentares metamorizadas onde as altitudes variam entre 600 a 2.000 metros. Além disso, no conexo geomorfológico da comunidade também é encontrado as subunidades geomorfológicas da baixada do rio Salitre, Blocos Planálticos Setentrionais, Pediplano Sertanejo e a Serra de Jacobina (RADAMBRASIL,1983).

Para além disso, possui vegetação típica do bioma Caatinga, pois de acordo com a classificação de Ab'Saber (1999), a área em que a comunidade está inserida pertence ao domínio dos “Sertões secos”, logo, apresenta características específicas, com uma vegetação xerófita, forte presença de cactos e bromélias, além de arbustos com galhos retorcidos e raízes profundas. Durante a estação seca, a vegetação tende a perder suas folhas como mecanismo de resistências aos longos períodos de estiagem. Uma característica marcante na vegetação da Comunidade é a presença do licuri (*Syagrus coronata*) que é uma espécie de palmeira com altura que varia entre 6,00 a 10,00m e tem frutificação durante todo o ano, principalmente entre os meses de março, junho e julho (NAPEIA,2015).

Ademais, a Comunidade de Fazenda Quina possui uma composição faunística adaptada as condições do clima semiárido. Neste sentido, Santos et al., (2020, prelo) destacam que através de entrevistas realizadas na comunidade, os moradores indicaram a presença de pelo menos 42 espécies encontradas no território, onde destacam a presença de pelo menos 10 aves, 27 mamíferos, 4 répteis e 1 anfíbios. Além disso, também é encontrada nas imediações da comunidade a lagartixa-de-lajeiro (*tropidurus semitaeniat*), espécie endêmica do bioma caatinga, com hábitos diurnos e que se distribui essencialmente em grandes superfícies rochosas, inserindo-se em fendas onde permanece durante parte do dia para absorver calor (NAPEIA,2015). Para além disso, parte das

atividades econômicas da comunidade estão voltadas para a criação de animais domésticos, sendo estes também adaptados às condições ambientais existentes.

3.2 Metodologia

No primeiro momento foi selecionada a comunidade em que ocorreu a aplicação da metodologia, onde a comunidade tradicional de Fundo de Pasto-Fazenda Quina foi escolhida por já existir uma aproximação entre moradores e pesquisadores, e também por essa ser uma comunidade que apresenta conflitos em seus territórios que foram desencadeados com a chegada da energia eólica na região. Nesse sentido, no dia 16 de janeiro de 2022, foi realizada uma reunião com aproximadamente 20 moradores da comunidade para explicar o objetivo da pesquisa, convidá-los para participar, e uma nova data foi marcada para que fosse realizado o mapeamento participativo da comunidade.

O mapeamento participativo é uma metodologia importante para a valorização da comunidade, pois através dele os moradores são convidados a fazer uma representação da visão local, onde nesse croqui da área, os participantes podem indicar, nomear ou delimitar os locais de obtenção de determinados recursos, além de retratar aspectos históricos e as possíveis áreas de conflitos em seus territórios (SHEIL et al.2004; BOISSIERE et al. 2006). Desta forma, o mapeamento participativo é um instrumento eficaz na elaboração de projetos de manejo nas comunidades, na valorização do conhecimento local, compreensão dos sistemas locais de apropriação e uso dos recursos e demarcação de território (SHEIL et al. 2004; BOISSIERE et al. 2006; EVANS et al. 2006).

Nesse sentido, no dia 29 de janeiro de 2022 foi promovido um novo encontro com os moradores para a realização da oficina de mapeamento participativo da comunidade de Fazenda Quina, essa oficina contou com a participação de 18 moradores e antes de dar início a construção do mapa, foi realizada uma breve apresentação sobre a importância do mapeamento participativo para as comunidades tradicionais. Além disso, em respeito ao direito de propriedade intelectual dos participantes, foi entregue um termo de consentimento livre e esclarecido elaborado em duas vias, sendo uma retida pelo participante e outra pelo pesquisador responsável. Em seguida, foi disponibilizado uma folha de papel branco com 2 m de comprimento, lápis preto, lápis para colorir e régua para a construção do mapa, a realização do mesmo durou em torno de 4 horas (Figura 4).

Figura 4: Oficina de mapeamento participativo na comunidade de Fazenda Quina.



Fonte: Santos, 2022.

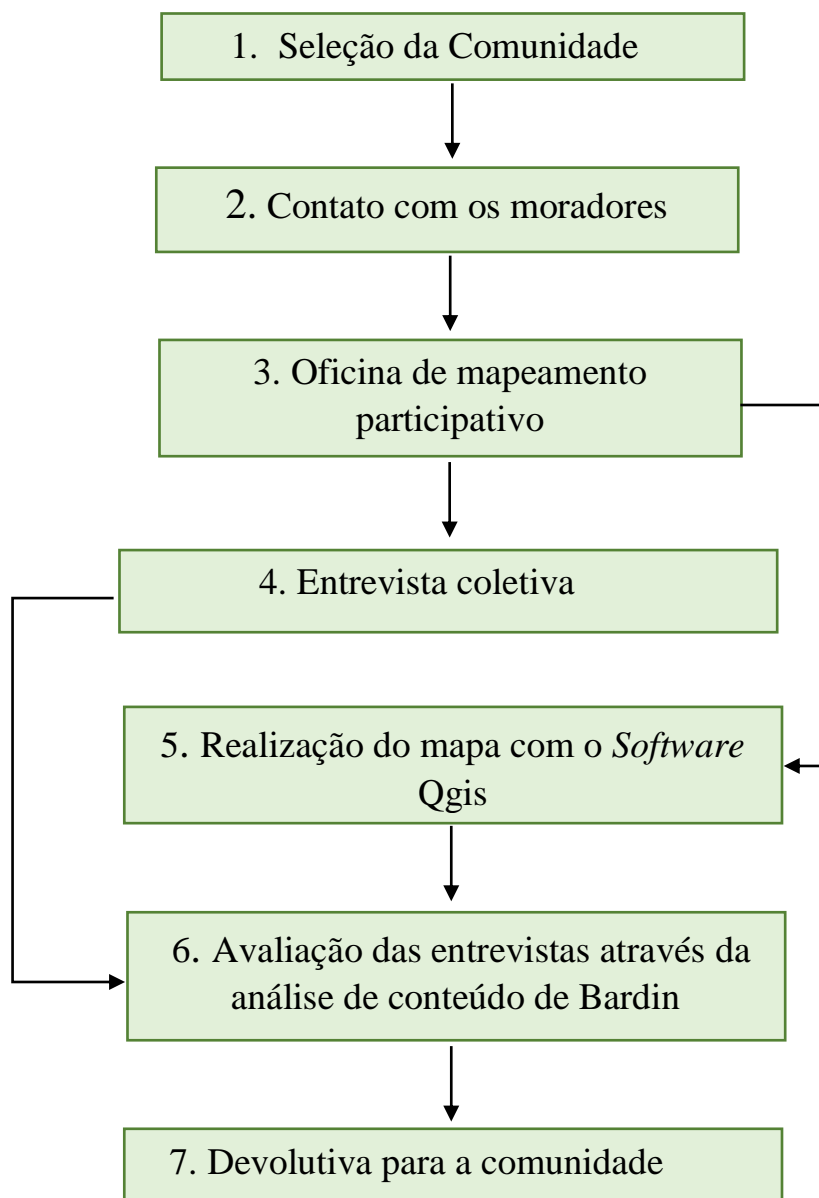
Na sequência, foi realizada uma entrevista (Anexo 1) com a comunidade que teve como objetivo analisar a percepção dos moradores sobre a metodologia do mapeamento participativo, e para que eles pudessem comentar sobre os possíveis conflitos existentes em seu território. Vale destacar que essa metodologia de entrevista com grupo focal consiste em uma técnica de pesquisa qualitativa, derivada de entrevistas grupais, que permite que o pesquisador extraia informações a partir da interação do grupo, baseada na comunicação, o pesquisador é responsável por sugerir a temática a ser discutida e a partir disso, consegue reunir informações detalhadas sobre o tema proposto (MORGAN, 2006).

A entrevista com os moradores foi gravada e todas as falas foram transcritas. Para analisar as informações obtidas, foi utilizada a análise de conteúdo de Bardin que é uma técnica utilizada em pesquisas qualitativas e permite a organização dos dados de forma didática (BARDIN, 1977). Deste modo, as falas foram organizadas de acordo com os temas propostos no momento da entrevista, onde foi feito um levantamento de todas as falas que poderiam ser utilizadas na realização desse trabalho, em seguida foi realizada uma codificação dos dados coletados que permitiu uma melhor organização das falas através da criação de unidades de registros.

Além disso, o mapa que foi construído pelos moradores de Fazenda Quina durante a oficina, foi reproduzido com o auxílio do *Software* QGIS que é uma aplicação de Sistema de Informações Geográficas (SIG) gratuito e de código aberto que oferece suporte à visualização, edição e análise de dados espaciais. Após a realização do redesenho do mapa, uma nova reunião será marcada com a comunidade para apresentação

e aprovação do mapa final. Por fim, o fluxograma (Figura 5) abaixo descreve os passos empregados na realização na metodologia desse trabalho:

Figura 5: Fluxograma da Metodologia.



Fonte: Autoria própria, 2022

CAPÍTULO 4 – RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Apresentando Fazenda Quina

A comunidade de Fazenda Quina se formou a partir da ocupação de uma área devoluta do estado, na qual desde o ano de 1991, parte dos moradores já utilizavam essa área para o plantio de mandioca. Nesse sentido, no ano de 2001, na comunidade de Alagadiço de Henrique, localizada a 9 km de Fazenda Quina, se formou uma associação de agricultores que deram início ao processo de regularização fundiária da área da atual comunidade de Fazenda Quina. Nesse sentido, a moradora M relata como aconteceu o processo de formação da comunidade:

[...] Primeiro foi feita a regularização fundiária, que é a organização da terra, depois foi feito o projeto de habitação em 2007, que mesmo depois de aprovado só teve início em 2012 e finalmente, em 2017, as casas foram entregues para a associação (M.S.S, 2022).

Além disso, o ex presidente dessa associação, comenta que os moradores enfrentaram dificuldades para conseguir legalmente o título de domínio da propriedade, mas no ano de 2004 foi dada a posse de terra e os associados deram início a busca por projetos que pudessem desenvolver a Comunidade de Fazenda Quina:

[...] a gente olhava esse território, achava muito bonito, mas não tinha como se aproximar e depois de 10 anos já desenvolvendo atividades na área, começamos a pesar nessa área de Fazenda Quina como possível de habitar e através da organização da Central das Comunidades de Fundo de Pasto e através das acessórias jurídicas, a gente começou a fazer o levantamento nos cartórios e descobrimos que essa era uma área devoluta, e perante a lei de terras da Bahia, áreas devolutas são do Estado, daí, através da associação a gente requereu do Estado, aí o Estado veio fez a regularização e emitiu o título de domínio da propriedade no ano de 2004 (J.S.S, 2022).

Nesse sentido, segundo os moradores, o processo de formação da comunidade foi longo e parte das pessoas que faziam parte da associação no ano de 2001 (ano em que foi fundada) acabaram desistindo e hoje não habitam na comunidade. Desta forma, para J que é morador de Fazenda Quina, alguns motivos podem estar ligados a desistências desses associados. Neste sentido, ele comenta que:

[...] No início da fundação da associação, ela tinha outra finalidade, até o nome era associação de apicultores... então quando tem esse grupo de pessoas que foi vendo outras possibilidades, começam a desistir. Esse projeto de habitação por exemplo, demorou 10 anos para ser entregue. Começou em 2007 e a entrega foi em 2017, então em 10 anos, muitas pessoas foram fazendo suas vidas, tiveram outros interesses, então quando houve a aprovação nem todas as famílias que fizeram parte do projeto inicial, tinha mais interesse, inclusive, já tinha feito suas vidas em outras comunidades, então tiveram dificuldades de si manter aqui, pois, já tinham uma vida em outro lugar, mas nós fomos ocupar

os lotes. Acredito que essa morosidade da aprovação do projeto até execução/entrega fez com que os sócios que iniciaram não permanecessem aqui na comunidade (J.S.S., 2022).

Outrossim, os associados que permaneceram até a execução do projeto, relatam que enfrentaram dificuldades e ainda estão lutando para permanecer no território. Os moradores comentam que a vida no campo é boa, mas não é simples, além de ser uma comunidade relativamente nova, Fazenda Quina, ainda lida com o fato de ser uma comunidade localizada no semiárido nordestino, onde a irregularidade das chuvas limita muitas das atividades de subsistência dos moradores, mas dentro das possibilidades locais, o morador J pontua algumas das atividades que são desenvolvidas na comunidade:

[...] a gente tem o rebanho de caprinos da associação que fica na área coletiva e cada um tem seu próprio rebanho. Tem porco, tem galinha, tem ovelha, mandioca, aipim, tem abelha, pão, bolo... cada um em seu quintal, tem sua produção... e temos a produção de blocos e canaletas também (J.N.S., 2022).

Nesse contexto, é possível perceber que há uma diversidade de atividades que são desenvolvidas na comunidade e mesmo se tratando de uma área rural, nem todas as fontes de renda são voltadas para a agricultura. Logo, outras alternativas econômicas ajudam na geração de renda local, e evita que parte dos moradores, desloquem-se para outras comunidades/cidades em busca de emprego. Deste modo, o morador J reitera a importância da diversidade de atividades, para garantir a subsistência local:

[...] a gente tem as atividades que são agrícolas e não agrícolas, e isso também faz parte da comunidade, não é só porque estamos em uma comunidade rural que só podemos desenvolver atividades agrícolas, então assim... nós temos outras atividades de renda também. Por exemplo, a padaria que a gente tá tocando é uma fonte de renda, os blocos é uma fonte de renda e não necessariamente é uma atividade agrícola, tem bancas para as crianças da comunidade... Tudo isso junto, são uma fonte de renda para a comunidade (J. S.S., 2022)

Entretanto, as atividades agrícolas são predominantes na comunidade. Logo, a caprinocultura, ovinocultura, avinocultura e horticultura ganham destaque nos quintais dos moradores. Porém, o morador J indica que ainda encontra dificuldades para fazer delas as principais atividades produtivas da comunidade, pois, levem tempo para dar retorno econômico. Além do mais, os moradores precisam lidar com a incerteza na produção, considerando que ela não se mantém igual em todos anos. Diante disso, J pontua que:

[...] nem todas essas atividades listadas são as principais fontes de renda da comunidade... pois se a gente for depender só dessas atividades para viver é complicado. Quem tem rebanho mesmo, de vez em quando é que vai vender um cabrito, a mandioca é um ano para poder ficar boa, então não tem como ser uma fonte de renda, aí o jeito é completar com alguma coisa de fora, aí muitos terminam procurando trabalhos em outros lugares (J.N.S., 2022).

Desta forma, as atividades econômicas que são desenvolvidas em Fazenda Quina, buscam respeitar as condições impostas pelo clima semiárido, tendo em vista que a disponibilidade hídrica na comunidade limita algumas atividades produtivas. Dessa forma, a caprinocultura é predominante entre os moradores, uma vez que o manejo de caprinos exige pouca quantidade de água (EMPRAPA, 2002). Diante disso, vale destacar que os moradores além de possuir animais que são manejados em suas áreas individuais, possuem também, os caprinos que vivem na área coletiva.

Nesse sentido, para fornecer alimentação ao rebanho os moradores realizam o plantio da palma forrageira (*Opuntia ficus-indica*), por ser um cultivo adaptado as condições impostas pelo clima semiárido. Desse modo, vale pontuar que a palma pertence à família das Cactáceas, que é composta por espécies de plantas com fisiologia que possibilita a sobrevivência em regiões com temperaturas elevadas e pouca disponibilidade hídrica (RAVEN et al., 2014). Ademais, os moradores reiteram que o cultivo desta espécie é dado em virtude do alto valor nutricional que essa planta oferece e também pela sua capacidade de armazenar água, fator este, que diminui a necessidade de fornecimento de água para o rebanho, principalmente nos períodos mais secos do ano.

Para além da palma forrageira, o cultivo de mandioca (*Manihot esculenta*) também ganha notoriedade dentro da comunidade, além de ser usada na ração animal, também fornece derivados para o consumo humano, um exemplo é a produção de tapioca (SANTOS et al., 2021). A mandioca possui adaptação a ocorrência de poucas chuvas e a presença de solos rasos comuns em regiões áridas e semiáridas, o prolongamento das raízes são fundamentais para aumentar a tolerância aos longos períodos de estiagem (EMPRAPA, 2002).

Neste contexto, para lidar com a irregularidade das chuvas e garantir disponibilidade hídrica o ano inteiro a comunidade conta com técnicas de captação de água das chuvas. Dentre as técnicas usadas estão as cisternas de placas que ficam atrás das residências e tem capacidade para armazenar 16 mil litros de água; contam também com as cisternas de produção que armazenam até 50 mil litros. Para atender uma demanda cada vez mais crescente na comunidade, foi construído um reservatório que tem

capacidade para armazenar dois milhões, trezentos e vinte mil litros de água, esse projeto contou com a parceria do Pró-semiárido e contribuiu para trazer segurança hídrica aos moradores (SANTOS et al., 2021)

Com base nas informações supracitadas, é possível perceber que mesmo sendo uma comunidade com ocupações recente, Fazenda Quina tem buscado alternativas para continuar em seu território. Os moradores destacam que o início foi marcado por muitas dificuldades como a falta de energia que durou 2 anos, problemas com abastecimento de água e com fonte de renda ainda incerta. Todavia, a comunidade vem buscando políticas públicas que possam ajudá-los a viver em harmonia com seu território, mostrando que o semiárido é um local de possibilidades e não de improdutividade.

4.2 Aspectos socioeconômicos de Fazenda Quina

A comunidade é organizada por uma entidade denominada Associação da Comunidade Tradicional de Fundo de Pasto da Fazenda Quina-ACTRAFP, que possui em torno de 21 associados. De acordo com o censo realizado na presente pesquisa, existem aproximadamente 43 pessoas na comunidade, entre crianças, jovens, adultos e idosos, e que estão distribuídas em 15 famílias atualmente. Entre as atividades interativas realizadas pelos moradores, pode-se citar as de cunho religiosas, esportivas e também reuniões ordinárias para discutir as demandas locais.

Ademias, as comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto são caracterizadas por apresentar uma vivência singular em seus territórios. Constituem um sistema de ocupação e organização de áreas coletivas compostas por pessoas que apresentam algum grau de parentesco, compadrio e possuem uma relação harmoniosa com o bioma caatinga/Cerrado onde estão presentes suas produções e reprodução cultural, social e religiosa (Dantas, 2015). Entretanto, alguns fatores vêm pondo em risco o modo de vida dessas comunidades que precisam do livre acesso aos seus territórios para manter suas tradições. Nesse sentido, o número de comunidades de Fundo de Pasto que enfrentam conflitos para preservar o seu modo de vida, tem crescido nos últimos dias, tendo em vista que há um incentivo cada vez maior para que as áreas dessas comunidades sejam destinadas a programas de caráter desenvolvimentista que põem em risco a posse dessas terras (CONCEIÇÃO E DIAS, 2020).

Nesse sentido, a Bahia é um exemplo entre os estados que vêm incentivando a expansão de grandes empreendimentos em territórios tradicionalmente ocupados. Atualmente o estado representa um dos maiores produtores de energia eólica do país e

esse fato chama atenção, pois é também no estado da Bahia onde estão distribuídas comunidades de Fundo de Pasto (CPT, 2020). Desta forma, esse estudo buscou entender os principais impactos causados pela chegada de um parque eólico no território da comunidade tradicional de Fazenda Quina, localizada na Área Diretamente Afetada (ADA) pelo empreendimento eólico. Tendo em vista que, de acordo com o artigo 2º da Resolução do Conselho Nacional de Meio ambiente (CONAMA) nº 349 de 2004, é na ADA, onde são percebidos os impactos diretos mais significativos provenientes da instalação, manutenção e operação do empreendimento (BRASIL, 2004; COSME, 2017).

Deste modo, o CONAMA 349, considera como Área Diretamente Afetada– ADA, a área necessária para a implantação do empreendimento, incluindo suas estruturas de apoio, vias de acesso privativas que precisarão ser construídas, ampliadas ou reformadas, bem como todas as demais operações unitárias associadas exclusivamente à infraestrutura do projeto, ou seja, de uso privativo do empreendimento (BRASIL, 2004). Portanto, parte do parque eólico Ventos do Sertão que pertence ao Complexo eólico Morrinhos, fica dentro do território de Fazenda Quina, logo, a distância aproximada entre as torres eólicas e as residências é de aproximadamente 600 m. Ademais, para que fosse implantado o parque, houve modificações dentro do território da comunidade. Sendo assim, a proximidade da comunidade com o empreendimento e as intervenções que foram feitas no território, classificam Fazenda Quina como área diretamente afetada (COSME, 2017).

Nesse contexto, através de uma entrevista realizada com os moradores de Quina foi possível perceber que existe uma relação de conflito ambientais desencadeados pela ocupação das terras da comunidade pelo parque eólico Ventos do Sertão. Esse parque pertence ao complexo eólico Morrinhos, que é composto por seis parques, os quais totalizam 90 aerogeradores e possuem capacidade de 180 megawatts (MW) de potência e está em funcionamento desde o ano de 2015. Os seis parques que formam o complexo são: Ventos de Morrinhos, Ventos de Andorinha, Ventos de Campo Formoso, Ventos de Campo Formoso II, Ventos do Sertão, Ventos de Guarás (RENOVÁVEIS, 2017).

Desta forma, os moradores de Fazenda Quina comentam que a implantação do parque eólico na região foi responsável por desencadear alguns transtornos no cotidiano da comunidade. Sendo assim, conforme relata o morador J, além de não ter contribuído com a geração de emprego que foi prometida antes da implantação, muitos impactos negativos foram deixados para Fazenda Quina e para as comunidades vizinhas:

[...] quando foi feita a implantação do parque fizeram muitas propostas que iam trazer benefício para as comunidades, mas depois de funcionar e ganhar muito dinheiro, eu acho que elas esquecem e agora a gente vive só com o transtorno. Um desses transtorno é a estrada que praticamente não tem, eles não abraçam a comunidade, não dá oportunidade de emprego para as pessoas da comunidade. Deveriam investir nos jovens que vão embora porque não tem emprego, enquanto eles estão trazendo gente de fora! Por que não capacita os jovens da região? Os jovens ficam aí... alguns se foram e vão embora, outros nem isso, vão logo trabalhar no motor de sisal por ser a única opção. Essas empresas só querem ganhar dinheiro em cima dos pequenos (J. N. S., 2022).

Corroborando com a fala do morador de Fazenda Quina, Costa (2019) aponta que a promessa de geração de emprego com a chegada de grandes empreendimentos é algo que chama atenção das pessoas que vivem próximas aos locais em que serão instalados, pois possivelmente, os moradores serão chamados para desenvolver alguma atividade, aumentando a esperança de trabalhos com maior remuneração. Entretanto, um fator importante e pouco considerado, é que a geração de emprego na maioria das vezes, é temporária, ou seja, as comunidades são contratadas para a fase de implantação, mas durante a fase de operação o número de contratações é reduzido.

Deste modo, essa é a realidade vivenciada pelos moradores da Comunidade de Fazenda Quina. Mesmo com o funcionamento de parte do parque eólico Ventos do Sertão em suas terras, os moradores não possuem vínculo empregatício, esse fato tem causado indignação, pois segundo eles, não há assistência nas comunidades impactadas. Sendo assim, um argumento usado para a não contratação dos moradores locais, é a falta de mão de obra especializada para desenvolver determinadas atividades. Entretanto, nunca foi demonstrado interesse em especializar a mão de obra local, recorrendo sempre a pessoas de outras cidades e/ou até mesmo estados.

Além disso, a chegada de grandes empreendimentos eólicos em territórios tradicionais, vêm moldando o modo de vida das comunidades, que registram os conflitos desencadeados. Nesse contexto, a comunidade de Fazenda Quina, busca manter um modo de vida tradicional, de compartilhamento dos seus espaços produtivos e criação de animais à solta. No entanto, a chegada do parque Ventos do Sertão na comunidade tem provocado alterações no vínculo desses sertanejos com o seu território, pois o arrendamento de terras para a produção de energia eólica restringiu o acesso dos moradores aos seus territórios.

Tercio (2005) destaca que a implantação de parques eólicos pode ser positiva para as comunidades, pois as centrais eólicas ocupam um pequeno espaço físico e

permitem a continuidade de atividades entre os aerogeradores (pastagens e agricultura). Entretanto, para entrar em suas terras, são exigidos dos arrendatários os seguintes elementos: carros e motos têm que possuir cadastro na portaria do parque eólico e estar de acordo com a legislação, fazer uso do capacete e as pessoas que residem na comunidade precisam de autorização para transitar por dentro do parque, já as de outras localidades não são permitidas o acesso (MOURA-FÉ E AGUIAR PINHEIRO, 2013). Diante das exigências para entrar em suas terras, muitos moradores até desistem de tentar produzir nessas áreas, e essa realidade se aplica a comunidade de Fazenda Quina, que pouco acessa as áreas arrendadas para o parque eólico.

Nesse contexto, antes da instalação dos parques, é feito um contrato de arrendamento onde constam restrições que nem sempre são compreendidas pelos arrendatários e de imediato só levam em consideração o lucro. Assim, conforme relata o morador de Fazenda Quina, J, muitas vezes os parques eólicos são instalados nas comunidades e não são fornecidas muitas informações para os arrendatários das terras, salienta ainda que entre as comunidades de Fundo de Pasto do município de Campo Formoso, Fazenda Quina ainda precisou conviver com o fato do Complexo Eólico Morrinhos ser o primeiro da região, logo, os moradores tinham poucas informações sobre os tramites necessários para a produção de energia:

Acho que é importante trazer também que quando foi feita a implantação desse parque ele era o primeiro do município de campos Formoso, então a gente não tinha informações, inclusive sobre energia eólica, era tudo novo, ninguém sabia o que era um parque de energia eólica. Então até as entidades que hoje denunciam as mazelas causadas por esses parques em comunidades tradicionais não tinha muito conhecimento sobre, só descobriram depois. Faltou orientação sobre os impactos negativos da energia eólica, sabíamos muito superficialmente sobre o que era essa geração de energia. Nós fomos os pioneiros nessa negociação, inclusive a gente negociou muito até fechar qualquer contrato, pois utilizamos do pouco conhecimento que tínhamos para poder barganhar com o parque. Hoje muitas comunidades de Fundo de Pasto do Estado da Bahia enfrentam conflitos diretos com os parques eólicos em seus territórios, pois há um incentivo por parte do governo do Estado para a implantação de parques eólicos em territórios tradicionalmente ocupados (J.S.S., 2022).

Desta forma, o incentivo do governo do Estado para a expansão da energia eólica em terras tradicionalmente ocupadas, vêm aumentando nos últimos tempos, pois, por ser considerada uma fonte de energia limpa, muitos dos impactos associados não são discutidos, logo, nem sempre são cobradas ações de mitigação para os impactos causados por esses empreendimentos (CPT,2020). Deste modo, a comunidade de Fazenda Quina, relatada alguns dos impactos percebidos em seu território a partir da implantação do

parque eólico: Sombreamento, impactos sonoros e impactos na fauna e flora. Todos esses impactos serão discutidos ao longo deste trabalho.

4.3 Impactos Ambientais e dos moradores da Comunidade Quina

Através do mapeamento participativo e entrevista realizados em Fazenda Quina, foi possível identificar alguns dos impactos ambientais desencadeados com a chegada do parque eólico Ventos do Sertão no território da comunidade. Segundo os moradores, esses impactos provocaram alterações no modo de vida e comprometem a tradicionalidade local. Nesse sentido, esse tópico buscou relatar alguns dos impactos listados pelos moradores da comunidade, bem como apresentar a percepção dos mesmos em relação as ações de mitigação apresentadas pelo empreendimento eólico. Desta forma, dentre os impactos citados estão: sombreamento, impactos sonoros, alteração da paisagem local, impacto na fauna e flora, e alteração no modo de vida dos moradores adjacentes ao empreendimento.

Dessa forma, o sombreamento provocado pelas torres de energia eólica é um aspecto que pode gerar desconfortos para as pessoas que residem nas adjacências dos parques eólicos. Esse é um tipo de impacto pouco discutido na literatura, porém extremamente relevante, visto que, é um evento que acontece em horários específicos do dia, geralmente quando há um reflexo do sol nas hélices, que ao girar fazem com que as sombras cheguem a locais cada vez mais distantes, e assim, refletem nas residências próximas. Deste modo, Pires (2011) comenta que o sombreamento é um processo intermitente, e segundo pesquisas pode causar incômodo, como náuseas e dores de cabeça nos moradores afetados.

Dessa maneira, os moradores de Fazenda Quina destacam que o sombreamento causado pelas torres eólicas incomoda, e apontam que as ações de mitigação propostas pelo empreendimento eólico, não foram eficazes. À vista disso, a moradora M, relata que já houve na comunidade, um caso de uma moradora que não conseguia conviver com os movimentos contínuos das sombras das torres que refletiam na janela de sua casa. Além disso, relata que no processo de ocupação de Fazenda Quina, o rebanho de caprinos da comunidade teve dificuldade para se adaptar ao sombreamento:

[...] aqui já morou uma senhora que tinha bastante problemas com o sombreamento, refletia na janela e ela tinha problemas com essa sombra. É uma sombra contínua, bate na parede e fica fazendo volta e se você parar e ficar observando você fica tonto, com dor de cabeça e isso é ruim. Essa senhora tinha problemas por quê ficava olhando para a sombra. No início as cabras

também ficavam pulando a sombra das torres, elas ficavam assustadas, mas hoje elas já estão mais acostumadas (M. M. S, 2022).

Ademais, os moradores destacam que uma “solução” encontrada pela empresa responsável pela produção de energia, para minimizar o impacto do sombreamento nas residências, foi colocar cortinas nas janelas das casas dos moradores. Entretanto, a moradora D, expõe que há uma insatisfação dos moradores em relação a ação de mitigação proposta. Tendo em vista que, essa “solução” fica restrita apenas aos momentos em que as pessoas estão dentro das suas residências e não considera que moradores de Fazenda Quina, passam a maior parte do tempo em atividades que são desenvolvidas em seus quintais, ficando por um longo período de tempo totalmente expostos a esse sombreamento:

[...] eles fizeram todo um estudo sobre o sombreamento e falaram que iam colocar cortinas nas casas, achávamos que seria até algo novo, mas no final chegaram com cortinas piores do que as que eu já tinha (D. S. L, 2022).

Além disso, a comunidade menciona que todos os estudos realizados em Fazenda Quina para comprovar os impactos, são feitos pela própria empresa, e isso tem gerado desconfiança entre os moradores que questionam a confiabilidade dos dados e principalmente as ações de mitigação que foram propostas até agora. Além disso, Dantas et al., (2022) salientam que existe uma grande negligência do empreendimento, pois segundo os autores, os impactos de sombreamento não foram abordados nos relatórios referentes as condicionantes no processo de Licença de Instalação (LI) do complexo eólico Morrinhos. Logo, também não há ação de mitigação descrita para esse impacto nas comunidades adjacentes.

Deste modo, além do sombreamento, a comunidade de Fazenda Quina, relata que as torres eólicas usadas para a geração de energia, também fazem barulho que incomoda no dia a dia. Destacam ainda, que as ações de mitigações apresentadas pelo empreendimento, para minimizar esses ruídos, solucionaram parcialmente essa problemática. Tendo em vista que, a “solução” proposta para esse impacto, ficou restrita apenas para os momentos em que os moradores estão dentro das suas residências.

A poluição sonora é tida como um dos aspectos negativos na produção da energia eólica e pode provocar alteração nas condições do ambiente em que são instalados (AZEVEDO, 2017). O barulho que é percebido nas proximidades dos parques eólicos é fruto da combinação do ruído mecânico e aerodinâmico e também da quantidade de turbinas em funcionamento. Desta forma, para que o nível de ruído seja aceitável e não

cause danos para as pessoas que vivem nas proximidades dos parques eólicos, é de suma importância que seja feito o monitoramento em todas as fases do licenciamento do empreendimento.

Entretanto, Dantas et al., (2022) apontam algumas irregularidades encontradas no relatório do parque Ventos do Sertão que fica localizado dentro do território da comunidade de Fundo de Pasto - Fazenda Quina. Os autores ressaltam que de acordo com o relatório de programa de monitoramento de ruídos, a medição foi realizada apenas na fase de instalação do empreendimento. O relatório indica que foi feito um monitoramento durante 5 meses no período diurno e noturno nas seguintes áreas: canteiro de obras, praças dos aerogeradores e nas comunidades adjacentes ao empreendimento. Os níveis de ruídos variaram de 37db e 67db durante o dia e 34db e 53db durante a noite, com base na NBR (Norma Brasileira) 10.151 (SERTÃO ENERGIAS RENOVÁVEIS, 2014).

Com base nas informações supracitadas, cabe ressaltar que as emissões de ruídos no Brasil precisam estar de acordo com os limites estabelecidos pela resolução do CONAMA nº 001 de 8 de março de 1990, que estabelece os limites aceitáveis para que os ruídos não sejam nocivos para as comunidades vizinhas (BRASIL, 1990). Desta forma ainda de acordo com ABNT (2000) os valores aceitáveis para áreas rurais são de 40 decibéis em período diurno e 35 decibéis em período noturno. Entretanto, de acordo com relatório de monitoramento do parque, esses valores ultrapassam os valores aceitáveis para o bem-estar da população residente na área rural circunvizinha ao parque (DANTAS et al., 2022).

Corroborando com Dantas, os moradores de fazenda Quina comentam que tiveram dificuldades para se adaptar com os ruídos vindos do parque, mas atualmente conseguem conviver com esse barulho no dia a dia. Desta maneira, relatam que a empresa Atlantic Energias Renováveis (antiga responsável pela produção de energia do Complexo eólico Morrinhos) buscou minimizar o nível de ruído percebido pela comunidade. Deste modo, a moradora M, expõe que todas as residências de Fazenda Quina, foram forradas com gesso, logo, como esperado, dentro das casas a percepção de ruídos é menor se comparado a área externa. Entretanto, até que ponto a presença do gesso no teto das casas é uma alternativa eficiente para mitigar esse impacto? Essa é uma “solução” que considera apenas o momento em que as pessoas estão dentro das suas residências, mas não leva em consideração que os moradores passam a maior parte do tempo desenvolvendo atividades fora dela. Desse modo, M pontua que:

Em relação ao ruído, hoje a gente sente um incomodo, mas acredito que seja menos. Passou de dez horas da noite parece que o vento aumenta e o barulho é maior que durante o dia, então eles forraram todas as casas da comunidade com gesso e a gente consegue dormir melhor. Mas é muita promessa bonita quando se quer conquistar uma comunidade, mas no dia a dia são muitos os danos (M. S.S., 2022).

Em vista disso, durante a realização da entrevista com a comunidade, foi possível perceber que a instalação do parque eólico no território de Fazenda Quina, trouxe modificações no modo de vida tradicional, e também provocou impactos ambientais que de acordos com os moradores, afetaram a fauna e flora da região. Desta maneira, a comunidade reitera a falha do empreendimento em não apresentar aos arrendatários os impactos associados a produção de energia eólica.

Deste modo, segundo a comunidade de Fazenda Quina, o impacto provocado na fauna e flora se deu principalmente na fase de instalação, onde, foi realizada “a limpeza do terreno”, que resultou na supressão de vegetação nativa, logo, esse fator pode diminuir o potencial ecológico e genético da flora da comunidade (MOURA-FÉ E AGUIAR PINHEIRO, 2013). Associado a essa perda de vegetação, surgem outros problemas como a fragmentação de habitats e o afugentamento de muitas espécies. Nesse sentido, esses animais tendem a se deslocar para outros locais em busca de abrigo, como outras áreas com vegetação ou até mesmo para as residências mais próximas, podendo ser um grande risco para os moradores das comunidades vizinhas e até mesmo para os animais domésticos e de criação (MOURA-FÉ E AGUIAR PINHEIRO, 2013).

Nesse contexto, é importante destacar que mesmo sendo considerada uma fonte de energia de baixo impacto, o morador de Fazenda Quina, J descreve a supressão da vegetação como um aspecto negativo durante a implantação do Parque eólico, pois desencadeia impactos como a compactação do solo e quebra do fluxo gênico:

[...] essa vegetação aqui eu achei que ia morrer. A poeira cobriu a vegetação todinha e você não via o verde, ficou tudo vermelho. Nós ficamos preocupados e achamos que a vegetação ia morrer, mas depois a chuva veio, lavou e ela se recuperou. Era muita carreta transitando na área e isso causou um transtorno muito grande na vegetação e em alguns animais também (J. S.S., 2022).

Outrossim, Pinto, Martins e Pereira (2017) chamam atenção para a possibilidade de impacto das torres eólicas nas aves. Desta forma, a rota migratória dessas aves pode ser afetada pela colisão com as hélices dos aerogeradores, despertando a necessidade de ações de mitigações para essa problemática. Elliot (2000) pontua que o diâmetro das torres pode ajudar a evitar colisões, uma vez que, os pássaros tendem a mudar sua rota de

voo entre 100 a 200 m, passando por cima ou ao redor das turbinas. Salienta ainda a necessidade de estudos prévios para evitar a instalação de torres eólicas em rotas migratórias de aves.

Ademias, o morador J, um dos residentes mais antigos da comunidade, relata que percebe a ausência de algumas espécies de pássaros que eram vistos com frequência no território, porém, após instalação do parque, a presença dessas aves teriam reduzido. Deste modo, o morador comenta sobre uma espécie de pássaro que costumava encontrar no território, no entanto, atualmente não encontra mais:

[...] todos os anos nas primeiras chuvas a gentes escutava as “zabelês¹” cantar e hoje elas quase nem aparecem e temos outros pássaros que a gente nem ver mais, acredito que isso pode ter relação com a chegada do parque (J. S.S., 2022).

Por conseguinte, o morador J, ressalta que as vias de acesso também podem ter influenciando na diminuição de algumas das espécies, pois a caça predatória aumentou na região em decorrência da abertura de novas estradas que deram maior acessibilidade para caçadores, que agora, acessam áreas antes preservadas e não há nenhuma fiscalização para isso. Assim, a comunidade mostra-se preocupada com a preservação das espécies na região.

4.4 Entre os ventos e conflitos em Fazenda Quina

Com a realização desse trabalho foi possível perceber a relação de conflito existente entre a comunidade de Fazenda Quina e o parque eólico Ventos do Sertão. Além dos impactos já citados, os moradores se mostram insatisfeitos com a pouca assistência prestada pelo empreendimento, pois segundo eles, por ser a comunidade localizada mais próximo ao parque eólico, esperava-se mais ações de mitigações para os impactos. Nesse sentido, o morador J relata que no momento em que foi feita a proposta para o arrendamento da área, a comunidade encontrava-se como problemas financeiros e aquela pareceu ser uma alternativa para sanar algumas demandas, porém as promessas feitas não foram cumpridas, e hoje a comunidade vive em conflito com o empreendimento eólico:

No momento da implantação as propostas que vieram, era vantajosa para a gente. A associação estava com dívida, e com a negociação com o parque a gente conseguiu recursos para pagar as dívidas através do arrendamento e depois gerou um recurso para a comunidade. Então, acaba que para a gente naquele momento era interessante, mas os impactos sociais eles precisam ser

Zabelê: De acordo com os moradores, Zabelê é o nome dado para uma das espécies de aves encontradas na comunidade. Entretanto, ao considerar a nomenclatura popular e o regionalismo empregado na identificação da espécie, não foi possível apresentar o nome científico. ¹

reparados e os parque não tem feito muitas ações nesse sentido. Fazenda Quina, é a comunidade mais próxima do parque e somos completamente desassistidos. Primeiro que não houve um processo de escuta com a comunidade, mesmo sendo a comunidade mais impactada em relação ao barulho, sombreamento e em relação as estradas. No início eles tinham uma proposta de que se comunidade cedesse a área, eles iam fazer até um asfalto, mas depois de 5 anos de funcionamento do parque nem manutenção nas estradas eles que mesmo mexeram, não dão mais. Isso meio que muda a rotina da comunidade, a gente recebe muito visita da empresa para fazer medição de barulho, tem vista da parte social e ambiental da empresa, então ela tá sempre dentro da comunidade e nem sempre há um interesse da comunidade nisso, mas sim da empresa que buscar se resguardar, mas no final não tá fazendo nada. A relação hoje entre a comunidade e empresa de energia eólica não é muito amistosa, é uma relação meio conflitante. Inclusive, recentemente nós tivemos que parar as vias de acesso ao parque por duas vezes, paramos, negociarmos e depois tivemos que voltar para ocupar a estrada novamente porque o parque naquele momento não atendeu e até hoje não atendeu também. Então por isso, hoje nós vivemos uma situação de conflito com o parque porque nossas demandas não foram atendidas e não é nada que não seja possível de se realizar, se houvesse interesse, até porque são demandas mais sociais (J.S.S., 2022).

Nesse sentido, os moradores de Fazenda Quina comentam que em alguns casos, as comunidades que permitiram a implantação dos parques em seus territórios, têm ciência dos impactos, porém a falta de emprego e a busca por melhores condições de vida, fazem com que haja mais concessão de terras para grandes empreendimentos. Dessa maneira, para as comunidades em situação de vulnerabilidade econômica, o arrendamento de terras se apresenta como uma alternativa para a geração de renda e os impactos negativos acabam sendo desconsiderados.

Neste contexto, a comunidade Fazenda Quina, relata que a implantação do parque não trouxe impactos positivos, pois, não há diálogo entre os moradores e os responsáveis pelo empreendimento, e muitas das demandas requeridas pela comunidade, não foram atendidas. Desta maneira, na busca por assistência, os moradores de Fazenda Quina, juntamente com outras comunidades localizadas na área diretamente afetada pelo empreendimento, realizaram protestos durante 6 dias no mês de setembro de 2021 (Figura 6). Nesse sentido, as comunidades que participaram do ato fizeram as seguintes reivindicações: recuperação e manutenção de vias de acesso; programa de segurança hídrica e o repasse de informações sobre o percentual de energia gerada.

Figura 6: Protesto que bloqueou as vias de acesso ao parque eólico Vento do Sertão.



Fonte: @fazenda_quina², 2021

Desse modo, mesmo que a produção da energia eólica seja considerada uma alternativa de energia renovável e de baixo impacto, é importante destacar que essa atividade gera danos e precisam ser mitigados. Nesse sentido, as comunidades tradicionais que vivem nas adjacências desses empreendimentos precisam ser consultadas e monitoradas não só na fase de instalação dos parques eólicos, mas também nas fases de operação. Ademais, o impacto no modo de vida tradicional dessas comunidades é um aspecto que gera preocupação, tendo em vista que a relação dos moradores com a terras ficam cada vez mais restritas com a presença dos empreendimentos eólicos.

Por conseguinte, é de suma importância que as comunidades impactadas por grandes empreendimentos, estejam organizadas para lutar contra as invasões em seus territórios, logo, é preciso buscar pelo empoderamento e protagonismos nas tomadas de decisões dos seus territórios. Nesse sentido, a metodologia do mapeamento participativo vem ajudando a dar visibilidade ao modo de vida das comunidades tradicionais, além de permitir que através dos documentos (os mapas) gerados pelas próprias comunidades, sejam representados os conflitos vivenciados em seus territórios.

4.5 Mapeamento participativo e o protagonismo de Fazenda Quina

A oficina de mapeamento participativo realizada na comunidade de Fazenda Quina, foi fundamental para conhecer o modo de vida dos moradores e também alguns dos conflitos presente no território. Além disso, a construção do mapa de forma participativa proporcionou reflexões sobre as formas de uso e ocupação da terra e

² https://instagram.com/fazenda_quina?utm_medium=copy_link.

reafirmção de identidade, pensando o presente e o futuro da comunidade. Dessa forma, Milagres (2010) comenta que o mapeamento participativo é de suma importância para caracterizar as representações simbólicas do modo de vida tradicional, as convicções políticas, as formas de uso e ocupação da terra, e fazer o reconhecimento dos interesses coletivos (MILAGRES, 2010).

Nesse contexto, o mapeamento participativo da comunidade de Fazenda Quina contou com a participação de pessoas com diferentes faixas etárias que trabalharam ao mesmo tempo na elaboração do mapa. Durante o processo foi possível perceber que alguns moradores conheciam melhor os limites do território, logo, foram fundamentais para conduzir os demais na identificação da área total. Além disso, durante a construção do mapa identificou-se a forma como acontece o uso e gestão do território, onde, foram identificadas as áreas de uso coletivo, áreas individuais, área de reserva legal, cultivos predominantes, atividades econômicas e a presença de um parque eólico em parte do território da comunidade, conforme mostra a Figura 6.

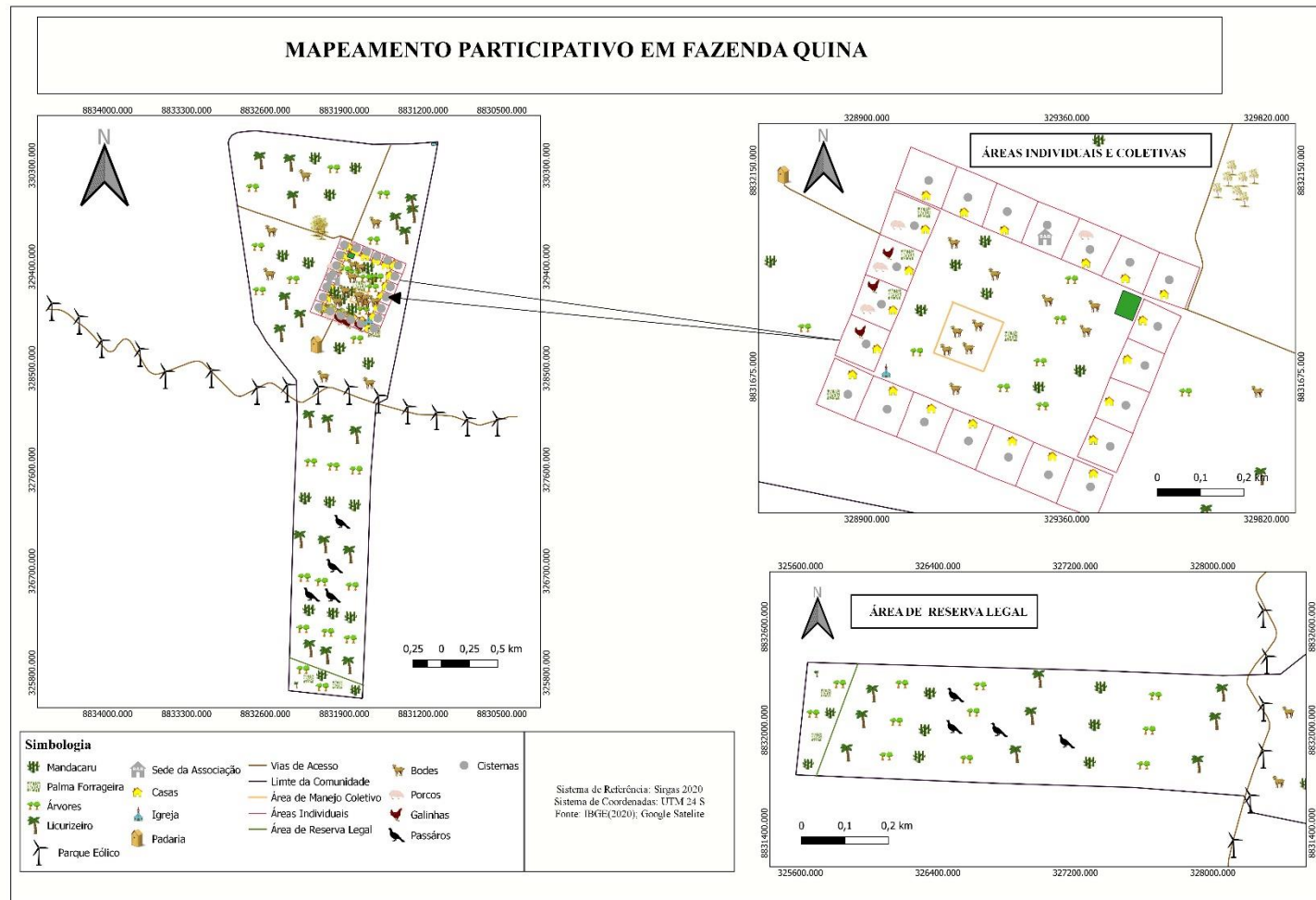
De acordo com os moradores de Fazenda Quina, a comunidade está dividida em áreas individuais e áreas coletivas. As áreas individuais correspondem a 21 lotes que possuem um total de 100 ha cada. Nesses espaços encontram-se as residências e todas as atividades econômicas individuais, que geralmente, caracteriza-se pela caprinocultura, ovinocultura, suinocultura, avinocultura horticultura, cultivos de palma forrageira (*Opuntia ficus-indica*), mandioca (*Manihot esculenta Crantz*) e modelagem de blocos de cimento. Além disso, em cada um desses lotes há cisternas de placa que fazem a captação de águas das chuvas que é usada para as atividades diárias.

Por outro lado, nas áreas denominadas como espaços coletivos, são realizadas as atividades que são desenvolvidas por todos os moradores. Nelas, o manejo do rebanho de caprinos (principal atividade econômica) que pertence a associação de moradores, acontece de forma coletiva, e também há áreas de cultivos comunitário. Essa forma de utilização das terras para criatório de animais e plantio em locais de uso comum, é um dos aspectos que caracterizam o modo de vida das comunidades de Fundo de Pasto no semiárido brasileiro (ALCÂNTARA E GERMANI, 2009).

Ademais, os moradores relatam que as atividades econômicas da comunidade são condicionadas pela disponibilidade de água no local. Desta forma, a presença de cisternas e a construção de um reservatório com capacidade para armazenar dois milhões, trezentos e vinte mil litros de água, vêm ajudando os moradores no enfrentamento os períodos de escassez hídrica. As estratégias de convivência com a seca relatadas pelos moradores de

Fazenda Quina, durante a realização mapeamento participativo, mostraram que para eles, o semiárido pode ser visto como um ambiente de possibilidades.

Figura 7: Mapeamento participativo em comunidade tradicional de Fundo de Pasto - Fazenda Quina.



Fonte: Autoria própria.

Além disso, a presença de um parque eólico no território da comunidade é algo que chamou atenção durante a construção do mapa. Depois da delimitação total da área, a representação das torres eólicas dentro do território, foi o primeiro desenho feito pelos moradores, isso mostra que o empreendimento eólico é um dos elementos que possui relevância no modo de vida dos moradores de Fazenda Quina. Nesse sentido, os moradores relataram alguns dos conflitos já descritos nesse trabalho e também como o modo de vida tradicional pode ser afetado pela chegada de megaprojetos que põem em risco a tradicionalidade local.

Outrossim, ao final da realização do mapa foi possível perceber que a comunidade possui uma excelente organização política, pois mesmo com os conflitos presentes em seu território não houve perda de terras para o empreendimento eólico. Logo, o parque eólico se instalou no território após um longo processo de negociação com a associação. Entretanto, os moradores relatam que muitos dos impactos negativos associados a instalação do parque eólico não foram apresentados a comunidade e pouco se conhecia sobre a energia eólica e nem todas as cláusulas presentes no contrato de arrendamento foram compreendidas pelos arrendatários.

Desta maneira, o morador de fazenda Quina, J, expõe a importância da realização do mapeamento participativo para as comunidades tradicionais, pois, contribui para a organização e reconhecimento do território:

O mapa ajuda a gente conhecer melhor o nosso território, saber quais são os nossos limites, como acontece a organização dos territórios e isso é muito bom. Se a gente conhece os nossos espaços, não vamos permitir que ninguém tire ele de nós. Quando a gente conhece os nossos limites, a gente conhece o território. Então esse mapa faz parte do processo de reconhecimento. Recentemente, o pessoal da comunidade vizinha, fez um asseiro que pegou parte da nossa área, como a gente conhecia a nossa área, fomos lá e dissemos: não, isso aqui tá errado, o asseiro de vocês não é aqui, já entrou na nossa área. Então a gente sabe o que é nosso. Então quando a gente conhece, acaba se empoderando disso (J.S.S., 2022).

Corroborando com a fala do morador, Solto (2021) destaca que envolver a comunidade no processo de mapeamento, é uma forma de subsidiar nas lutas pela defesa do território. Em vista disso, com a realização do mapeamento participativo, foi possível perceber que os moradores de Fazenda Quina, descrevem com propriedade os limites das suas áreas, e a única área que foi novidade para alguns dos participantes, foi a área destinada a reserva legal, pois, alguns indicam que sabiam da existência, mas a localização ainda era desconhecida, porém através do mapa foi possível identificar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Comunidades Tradicionais de Fundo Pasto embora pouco conhecidas, são de significativa expressão no Estado da Bahia. Essas comunidades estão inseridas em regiões de clima semiárido, onde predomina o bioma Caatinga e utilizam suas terras de maneira coletiva. Tais aspectos, caracterizam o modo de vidas dos moradores de Fundo de Pasto. Entretanto, essas comunidades vêm sendo vítimas de conflitos que enfraquecem a tradicionalidade desses povos, logo, para fugir das ameaças que põem em risco o direito à terra, é de suma importância que essas comunidades participem das tomadas de decisões em seus territórios.

Deste modo, através do mapeamento participativo realizado na Comunidade tradicional de Fundo de Pasto Fazenda Quina, foi possível perceber a organização dos moradores em relação ao uso e gestão das suas terras. Tendo em vista que, os moradores descrevem com propriedade os limites das suas áreas, identificando os espaços produtivos individuais, espaços coletivos e as áreas arrendadas ao parque eólico que modificou o modo de vida da comunidade.

Nesse sentido, os relatos dos moradores em relação a chegada da energia eólica na região, foi algo que chamou atenção durante a realização desse trabalho. Deste modo, a comunidade de Fazenda Quina, relata que além dos impactos ambientais, o modo de vida também foi afetado pelo empreendimento, pois, as restrições impostas nas áreas arrendadas limitam a relação dos moradores com a terras.

A realidade observada em Fazenda Quina, provoca reflexão sobre a situação de vulnerabilidade em que as comunidades tradicionais estão expostas, logo, o incentivo a instalação de grandes empreendimentos em terras tradicionalmente ocupadas, põem risco a manutenção da cultura e a sustentabilidade das terras tradicionais. Nesse sentido, é necessário pensar em um modelo de desenvolvimento que respeite o modo de vida de todos os seguimentos culturais.

Ademais, além de enriquecer a cultura brasileira, as comunidades tradicionais são um exemplo no respeito e conservação da natureza, buscando viver em harmonia com o território. Sendo assim, é de suma importância que as políticas públicas aplicadas aos territórios tradicionais, permitam o protagonismo dos moradores nas tomadas de decisões que envolvem seus territórios. Logo, metodologias como mapeamento participativo, dão visibilidade as manifestações culturais que, muitas vezes, não são reconhecidos.

6. REFERÊNCIAS

AB´SÁBER, Aziz Nacib. **Sertões e sertanejos: uma geografia sofrida**. Vol.13 nº36, São Paulo. 1999.

ACSERALD, H.; COLI, L. R. **Disputas cartográficas e disputas territoriais**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR. 2008. Disponível em:
http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/usorestrito/girardi/TEXT0_09. Acesso em 15 de nov. 2022.

ALBADÓ, R. 2002. **Energia eólica**. São Paulo: Artliber, 156p.

ALCÂNTARA, D. M.; GERMANI, G. I. **Fundo de pasto: um conceito em movimento**. Geografar, Paraná 2009. Disponível em:
https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/geografar_alcantaragermani_fundopasto_conceitoemmovimento.pdf. Acesso em: 5 set. 2020.

ALENTEJANO, P. R.R. **As políticas do Governo Bolsonaro para o campo: a contrarreforma agrária em marcha acelerada**. Revista da ANPEGE, João Pessoa, v. 16. nº. 29, p. 353 – 392.

ALMEIDA, A. W. B. **A Guerra dos Mapas**. Belém. Falangola, V.1, P-52, 1993.

ALMEIDA, S.C; Lucas, R. S; Machado, P.P ; BIANCHINI, P.C. **Mapeamento Participativo das Áreas Fundo de Pasto da Comunidade Ouricuri, Uauá, Bahia**. Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.

ANEEL. **Agência Nacional de Energia Elétrica. Dados Georreferenciados**. 2009 São Paulo. Disponível em: <<https://sigel.aneel.gov.br/Down>>. Acesso em: 12 fev.2022.

ANEEL. **Agência Nacional de Energia Elétrica. Dados Georreferenciados**. 2021 Disponível em: <https://sigel.aneel.gov.br/Down/> . Acesso em: 5 janeiro.2022.

AZEVEDO, R, S, N. **Energia eólica e os impactos ambientais: um estudo de revisão**. UNINGÁ. 2017. 10 P.

BAHIA. **Decreto Estadual nº 14.024, de 06 de junho de 2012**. Disponível em:
 <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/decreto-no-14024-de-06-de-junho-de-2012>>. Acesso em: 10 março. 2022.

BAHIA. **Atlas Eólico da Bahia. Curitiba: Camargo Schubert**. Salvador: SECTI, SEINFRA, CIMATEC/SENAI, 2013. Disponível em:
 <http://www.cresesb.cepel.br/publicacoes/download/atlas_eolico/atlaseolicobahia2013.pdf>. Acesso em: 13 março. 2021.

BAHIA. **Resolução n. 4.636/ 2018**. Estabelece critérios e procedimentos para o licenciamento ambiental de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica em ambientes terrestres no Estado da Bahia e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de 28 de setembro de 2018.

BARRETO, R. M. F. **Os quintais das mulheres em comunidades fundo de pasto no sertão baia-no: mapeando usos e manejo para a conservação da Caatinga**. Pernambuco. CIFA, 9 Petrolina-PE, V.1, P.1-9, 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 3 jan. 2022.

BRASIL. [Convenção n° 169]. **Convenção n° 169 sobre povos indígenas e tribais de 1989**. Brasília, DF: Presidência da República, [2004]. Disponível em: http://portal.iphhan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT. Acesso em: 3 jan.2022.

BRASIL. [Decreto N° 6.040/2007]. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, DF: Presidência da República**. [2007]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6040-7-fevereiro-2007-550693-publicacaooriginal-66733-pe.html>. Acesso em: 15 set.2021.

BRASIL. **Conselho Nacional de Meio Ambiente. Resolução n° 462 de 24 julho de 2014**. Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica em superfície terrestre, altera o art. 1º da Resolução CONAMA n° 279, de 27 de julho de 2001, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=703>. Acesso em: 10 março. 2022.

BRASIL. **Conselho Nacional de Meio Ambiente**. Resolução CONAMA n. 462 de 24 de julho de 2014. Brasília (DF), 2014.

BRASIL. **Conselho Nacional de Meio Ambiente**. Resolução CONAMA n.1 de 08 de março de 1990. Brasília (DF), 1990.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BISSIERE, M; BASUKI,I; KOPONEN,P.; WAN,M E SHEIL,D.2006. **Bio-diversity and local perceptions on the edge of a conservation área, khe tranvillage Vientam**. Bogor, center for international Forestry Research (CIFOR).

CAR- Companhia de desenvolvimento e ação rural. **Avaliação da intervenção governamental no sistema produtivo Fundo de Pasto**. Salvador. CAR/INTERBA.1987,2 v.

CARVALHO, F.P. **Fundo de passo: territorialidade, luta e reconhecimento**. Salvador. UFBA,2014.Disponívelem:https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/32530/1/Franklin_tese_versao_final_revisada.pdf. Acesso em: 10 março.2022.

CARVALHO, F, A, G., & COIMBRA, K, E, R. (2018). **Impactos da instalação do parque eólico ventos do Araripe na cidade de Araripina - PE**. Educação Ambiental em Ação.

CHARMELO,R.C. **Mapeamento do processo de licenciamento ambiental para parques eólicos em diferentes estados brasileiros**. Curitiba.2015. Disponível em: https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/18548/1/CT_CEER. Acesso em: 10 março 2022.

CHESF-BRASCEP, 1987. **Fontes Energéticas Brasileiras, Inventário/Tecnologia**. Energia Eólica. V.1 De cata-ventos a aerogeradores: o uso do vento, Rio de Janeiro.

COSTA,M.A.S; COSTA,M.S; COSTA,S.M.M; LIRA,M.A.T. **Impactos Socioeconômicos, Ambientais e Tecnológicos Causados pela Instalação dos Parques Eólicos no Ceará**. Revista Brasileira de Meteorologia, v, 2019, Ceará. 2019. 411p.

COSME, A.J. **Os impactos socioambientais do empreendimento eólico em comunidades de fundo de pasto no município de Campo Formoso**. Salvador: PRONERA. 2017. 96 P.

CONAMA-**RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237/1997**. [1997]. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cecav/images/download/CONAMA%20237_191297.pdf. Acesso em: 6 jan. 2022.

CPT- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Direitos a terra e ao território**. Bahia. CPT 40 anos. 2018. 15 p.

CPT - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Depois da barragem, as torres**. CPT. Juazeiro, set. 2013. Disponível em: <http://cptjuazeiroba.blogspot.com.br/search?q=energia+e%C3%B3lica>. Acesso em 19 de dez.2020.

DANTAS,L.S; SOUZA,S.O; SAMPAIO,S.A (prelo). Estudo documental dos impactos ambientais de um parque eólico no município de campo formoso-Ba. GeoAtos, jan./abr. 2021.

DANTAS, F. G. L. **Regularização Fundiária das Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto**. FACAPE, Petrolina 2015. Disponível em: <https://irpaa.org/publicacoes/artigos/monografia--fernanda-g.-leal.pdf>. Acesso em 19 de janeiro de 2022.

DIAS, S, C. S. **O pastoreio comunitário em Lage das Aroeiras: trabalhos, sociabilidades, desafios**. UESF, Feira de Santana. Junho 2014. Disponível em: <http://www2.uefs.br/pgh/docs/Dissertação/Disserta%C3%A7%C3%A3oSimoneDias.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.

DIEGUES, A. C; ARRUDA, R.S (orgs.). **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. São Paulo: NUPAUB-USP: MMA, 2004.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Mandioca no Semiárido. Instruções técnicas da Embrapa Semiárido**. 2002. Disponível em: http://www.cpatia.embrapa.br/public_eletronica/downloads/INT27.pdf>. Acesso em: 28 jul 2021.

EWEA. **Powering Europe: wind energy and the electricity grid**. Brussels: EWEA, 2010.

FERRARO, J. **Tradição e Territorialidade nos fundos de pasto da Bahia: do capital social ao capital político**. Brasília. IV encontro nacional da anppas,2008. Disponível em: https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/2008b_ferraro_e_bursztyn.pdf. Acesso em: 12 jan.2022.

FLORIT, L. F. **Dos conflitos ambientais à ética socioambiental: um olhar a partir dos povos e comunidades tradicionais**. FURB. Vol. 52, dezembro de 2019.

GRZEBIELUKA, D. **Por uma tipologia das comunidades tradicionais Brasil**. Geografar, V.7, junho. 2012.

GARCEZ, A. N. **Fundo de Pasto: um projeto de vida do sertanejo**. Salvador: INTERBA/SEPANTEC/CAR, 1987.

HERRERA, J. **Cartografia Social**. Universidad Nacional Cordoba, 2009. Disponível em: <https://juanherrera.files.wordpress.com/2008/01/cartografia-social.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2022.

LUGARINI, C.; BARBOSA, A. E. A.; OLIVEIRA, K. G. DE. **Plano de ação nacional para a conservação da arara-azul-de-lear**. Série Espécies Ameaçadas, v. 04, 74 p., 2012.

MARTINELLI, M. **Os mapas da geografia**. DG, São Paulo. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/73341246/Martinelli-Os-Mapas-Da-Geografia-1>. Acesso em: 15 de dez. 2021.

MARTINS F.R.; GUARNIERI R.A; PEREIRA E. **O aproveitamento da energia eólica**. Revista Brasileira de Ensino de Física v. 30, n. 1, 1304. Campinas, São Paulo (2008).

MARQUES, S, L. **As comunidades de fundo de pasto e o processo de formação de terras de uso comum no semiárido brasileiro**. UFAl, Alagoas 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/txb7hgjw6s9twbjjfg3cns>. Acesso em: 12 jan. 2022

MARQUES,J; BARRETO,J; BARRETO, F.M.C. **O cárcere dos ventos: destruição das serras pelos parques eólicos**. Paulo Afonso.2021. Disponível em: http://www.sabeh.org.br/?mbdb_book=o-carcere-dos-ventos-destruicao-das-serras-pelos-complexos-eolicos. Acesso em: 10 março.2022

MENDES, M. J. S; GORAYEB, A. B, C; BRANNSTOM.C. **Diagnóstico participativo e cartogra-fia social aplicados aos estudos de impactos das usinas eólicas no litoral do Ceará: o caso da praia de Xavier**. UFC, Fortaleza. Fevereiro 2016. Disponível em: <http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/article/view/510/484>. Acesso em: 20 nov. 2021.

MILAGRES, C.S.F **O uso da Cartografia Social e das técnicas participativas no ordenamento territorial em projetos de reforma agrária**, 2010. Universidade Federal de Viçosa, 2010. 15 p.

MOORE, E.; GARZÓN, C. **Social Cartography: The Art of Using Maps to Build Community Power**. Race, Poverty & the Environment. Fall, 2010.

MORGAN, D. L. **Focus group as qualitative research London: Sage**, 1997.

MOURA-FÉ, M.M; AGUIAR,P.M; Mônica, V. S. **Os parques eólicos na zona costeira do Ceará e os impactos ambientais associados**. Revista Geonorte, v. 4, n. 13, p. 22-41, 2013.

NAPEIA- **Complexo Eólico Morrinhos**. Campo Formoso. 2015. 251-268 p.

OTI. [**Convenção nº 169**] Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais, [2004]. Disponível em: <https://portal.antt.gov.br/conven%C3%A7ao-n-169-da-oit-povos-indigenas-e-tribais>. Acesso em: 10 março. 2022.

PNCTC- [**Decreto 6.040/2007**]. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, [2007]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm. Acesso em: 12 jan.2022.

RADAMBRASIL, **Projeto. Folhas SC 24/25**. Aracaju/Recife. Rio de Janeiro: MME/SG. Projeto RADAMBRASIL, 1983.

RENOVÁVEIS, Atlantic Energias. **Complexo Eólico de Morrinhos**. 2017. Disponível em: Acesso em: 23 jan 2021.

RAVEN, P. H.; EICHHORN, S. E.; EVERT, R. F. **Biologia Vegetal**. 8ª Edição. Guanabara Koogan, 2014.

SANTOS, S.S.M. **Atos de “estado” e flexibilização do licenciamento ambiental: reformulações normativas antagônicas aos direitos dos povos tradicionais**. Pará. UFPA, 2020. Disponível em: <https://ppg.revistas.uema.br/index.php/guarima/article/view/2481/1756>. Acesso em 12 jan.2022.

SANTOS, J.S; CARVALHO, F.P; SANTOS,J.P. **O processo de reconhecido dos Fundos de Pastos**. UFRB, 2021. Disponível em: <https://online.fliphtml5.com/sjtcu/mcpw/#p=1>. Acesso em 10 março. 2022.

SANTOS, M.S; CARVALHO, M.M;L.F; FREITAS,C.M.R.C; SOUZA,O.S. **Estratégias de convivência com a seca em uma comunidade de Fundo de Pasto – Fazenda Quina, município de Campo Formoso – BA** 1.ed Senhor do Bonfim:UNIVASF. 2021. Cap.3, P. 68-78.

SANTOS, C. JEANE, S. **Fundos de Pasto: Tecitura da resistência, rupturas e permanências no tempo-espaço desse modo de vida camponês**. São Paulo. USP. 2010. 232 p.

SANTOS, J.S. **A Identidade de Fundos de Pasto: conflitos, território e organização**. Campo Formoso.2022. 36 p.

SANTOS, M. S; Silva, F, F (no Prelo). **Do rural para o urbano: padrões de interação entre humanos e animais na Comunidade de Fazenda Quina, município de Campo Formos- BA**. 2020.

SILVA, J. S.; CARVALHO, R. **Nota Técnica – Reservatório revestido em Fazenda Quina**. Campo Formoso-Ba. 2019.1 p.

SOUZA, L. S. **Análise do impacto ambiental causado pela geração de energia Eólica**. Brasil Engenharia, São Paulo. USP. 2015. 79-82 P.

SOUZA, A. E. **“A chegada do estranho”: mineração, conflitos socioterritoriais e resistência a partir das comunidades camponesas no município de Curral Novo**. UNESP de Presidente Prudente. 2021. 12 p.

SCHEER, H. **Economia solar global**. Rio de Janeiro: CRESEB – CEPEL, 2002.

SOLTO, R.D. (Org). **Mapeamento participativo em cartografia social: aspectos conceituais e trajetórias de pesquisas**. Rio de Janeiro, 2021.P.170.

SEI- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Perfil dos Territórios de Identidade**.(Série territórios de identidade da Bahia, v. 3). Salvador: SEI, 2015

SEEMANN, J. A. **Cartografia do Cotidiano: mapas não convencionais e um atlas de narrativas**. Geograficidade, v. 1, n. 1, 2011

SHEIL, D; PURI, R. K; BASUKI,I.; HESIT, M; WIJAYA, A. 2004. **Explo-rando la biodiversidade, el medio ambiente y las perspectives de los pobla-dores em áreas boscosas; métodos para la valoración multidisciplinaria del paisaje**.2. ed. Bogor, CIFOR

TEIXEIRA, M.S.; Sliva, R.C.; Cruz, M.J.M. **Cartografia social como instrumento de resistência: o mapa como ferramenta de empoderamento de povos e comunidades tradicionais no alto solimões no Estado do Amazonas**. RTG. v. 10, n. 22 2021.

TORRES, P. R. **Terra e Territorialidade das Áreas de Fundo de Pasto em Comunidades de fundo de Pasto no Semiárido Baiano**. UCS. Salvador. P.143, 2013

TROCATE, Charles; COELHO, T. **Quando vier o silêncio: o problema mineral brasileiro**. São

PACHECO, C. S. G. R.; SANTOS, R. P. **Parques eólicos e sustentabilidade energética: análise dos impactos socioambientais na cidade de Casa Nova/Bahia/Brasil**. Reencuentro de Saberes Territoriales Latinoamericanos – Encuentro de Geógrafos de América Latina. Peru: 2015.

PINTO, L. I. C.; MARTINS, F. R.; PEREIRA, E. B. **O mercado brasileiro da energia eólica, impactos sociais e ambientais**. Ambiente & Água, Taubaté, v. 6, p.1083-1100, dez. 2017.

PRIMACK, R.B.; RODRIGUES. **Biologia da conservação**. Londrina: editora Planta, 2021.
WEYER, D. Participatory Mapping in a Developing Country Context: Lessons from South Africa. 2019. 16 f. Curso de Geografia, Department Of Environmental Science, Rhodes University, Africa, 2019.

PIRES, L. F. A. **Parque Eólico Alegria**. In: Seminário Brazil Windpower 2011, Rio de Janeiro. Anais. 2011.

YPADÊ. **Linha do Tempo - Marcos históricos**. São Paulo, 23 de ago. 2021. Disponível em: ortalypade.mma.gov.br/história. Acesso em: 28 de março. 2022

ZHOURI, A. **Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Colonialidade**. Montes Claros. UNIMONTES, p. 9-19, 2016.

Anexo 1: Roteiro da Entrevista

Roteiro da entrevista realizada com os moradores de Fazenda Quina

- 1) Como se deu o processo de formação da comunidade?
 - A) Os moradores atuais são os mesmos do processo de formação? Se não, o que aconteceu?
 - B) Como se deu a organização social da comunidade? (Formação da associação)
 - C) Quais são as principais atividades produtivas da comunidade?
 - D) A principal fonte de renda vem dessas atividades?
 - E) Quais as religiões predominantes na comunidade?
- 2) Após a realização do mapa, você conseguiu descobrir alguma informação nova sobre o território de Fazenda Quina?
- 3) Você acha que o mapeamento participativo pode contribuir com a organização da comunidade?
- 4) Como o parque eólico impacta no cotidiano da comunidade?
- 5) Liste quais são os pontos positivos e negativos de ter o parque eólico no território da comunidade.
- 6) Qual área da comunidade foi mais afetada como a chegada do parque eólico?
- 7) Qual sua opinião sobre o arrendamento de terras das comunidades de Fundo de Pasto para parques eólicos?
- 8) Algumas comunidades de Fundo de Pasto relatam que houve perda de territórios para grandes empreendimentos, essa foi uma realidade da comunidade de Fazenda Quina? Se não, quais os fatores que contribuíram para que isso não acontecesse?
- 9) Você consegue perceber a diminuição de alguma espécie de animal no território de Fazenda Quina após a chegada do parque eólico? Se sim, quais espécies?
- 10) Na Sua Opinião, o mapeamento participativo pode ajudar a diminuir os conflitos vivenciados pelas comunidades de Fundo de Pasto?